

Francis Vilas Novas Lages Guedes

**CONDIÇÕES, MODO DE VIDA E RENDA
NO ASSENTAMENTO LIBERDADE, PERIQUITO – MG
FUNDAMENTAÇÃO PARA A EPIDEMIOLOGIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à UFMG como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Medicina Veterinária

Área de Concentração: Epidemiologia

Orientador: Pedro Lúcio Lithg Pereira

Belo Horizonte
Escola de Veterinária – UFMG
2006

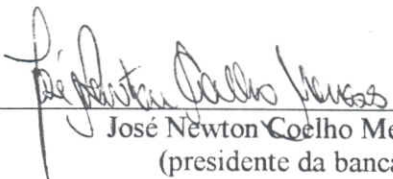
G924c Guedes, Francis Vilas Novas Lages, 1979-
Condições, modo de vida e renda no assentamento Liberdade, Periquito-MG
fundamentação para a epidemiologia social / Francis Vilas Novas Lages Guedes. - 2006.
70 p. : il.

Orientador: Pedro Lúcio Lithg Pereira
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária
Inclui bibliografia

1. Reforma agrária – Teses. 2. Epidemiologia – Teses. 3. Condições rurais – Teses.
4. Assentamentos humanos – Teses. 5. Renda (Agricultura) – Teses. I. Pereira, Pedro Lúcio
Lithg. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Veterinária. III. Título.

CDD – 614

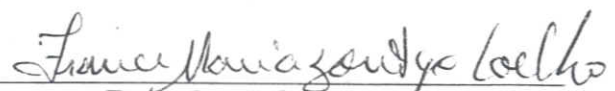
Dissertação defendida e aprovada em 27 de abril de 2006 pela
Comissão Examinadora constituída por:



José Newton Coelho Meneses
(presidente da banca)



Erly do Prado



France Maria Gontijo Coelho

*A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a Reforma Agrária
Sabendo que ela dará solução
Para a situação que está precária
Goia e Francisco Lázaro*

*Obviamente, nada tenho de pessoal contra a esperança,
mas prefiro a impaciência.
José Saramago*

Dedico este trabalho a todos os Sem Terra do Brasil e do mundo.

Agradeço a Deus, que me deu a vida, simples e cheia de caminhos. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a maior escola da minha vida, por me proporcionar a participação na Revolução em curso. À comunidade do Assentamento Liberdade, que abriu a mim as portas dos seus barracos e dos seus corações, para compartilhar seu sofrimento e suas alegrias. A Karl Marx, por me inspirar as bases para a interpretação da realidade e para sua transformação. Ao José Newton, ao Pedro e ao Claret, por me abrirem um mundo inteiro de novos caminhos de pesquisa e reflexão e serem, antes de orientadores, bons amigos. Ao meu pai, Querubim, à minha mãe, Neuza e à minha irmã, Leticia, pelo amor sem limites e o apoio incondicional. À Renata, minha extraordinária companheira e amor da minha vida, sempre presente. À Cecília, criaturinha que chegou a pouco para se tornar o centro de tudo, a coisa mais linda do mundo. Aos amigos Arlindo, João Leite, Mauro e Hugo, pela força que me deram. Ao Gilberto, grande companheiro e trocador de idéias. Às funcionárias do Colegiado, Nilda e Eliane e Eliana, porque estiveram sempre dispostas a me ajudar. A todos aqueles que acreditam em um sistema de ensino, pesquisa e extensão independente e comprometido com a classe trabalhadora, na busca de alternativas ao ensino institucional e medíocre, atrelado ao capital.

SUMÁRIO

RESUMO	12
<i>ABSTRACT</i>	13
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS	14
INTRODUÇÃO	15
REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
A Reforma Agrária na Nova República	21
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: origem e territorialização	23
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Minas Gerais	24
Assentamentos	27
Renda e produção agropecuária em assentamentos da Reforma Agrária	27
METODOLOGIA: O TODO E AS PARTES	
Objeto	37
Marco Teórico e Pressupostos	38
Instrumentos Metodológicos de Pesquisa e de Interpretação	38
Delineamento	38
INTERPRETANDO RESULTADOS E DANDO VOZ AOS ATORES SOCIAIS	
Histórico de ocupação	40
A produção agropecuária no Assentamento Liberdade	41
As condições de vida das famílias do Assentamento	48
A História de Vida e a Vida de Agora	51
O processo de geração de renda	53
Uma interpretação sócio-histórica	58
ANÁLISE GLOBAL E CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS	64
BIBLIOGRAFIA	65

RESUMO

Esta pesquisa discute a importância da realização da Reforma Agrária no Brasil, analisando a relevância da agricultura familiar em seus diversos aspectos e ressaltando a o papel do veterinário nesse contexto. Realiza uma revisão bibliográfica e uma discussão teórico-conceitual sobre: a Reforma Agrária na Nova República, o surgimento e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a geração de renda e produção agropecuária nos assentamentos de Reforma Agrária do Brasil. Por meio de entrevistas não-estruturadas e de observação participante, foram levantados os dados que viabilizaram e análise qualitativa da produção agropecuária, das condições de vida e da geração de renda das famílias do Assentamento Liberdade, localizado no município de Periquito, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Dentro da perspectiva da Epidemiologia Social, este estudo ressalta a importância do conhecimento dessa realidade para a realização de uma análise epidemiológica do comportamento do processo saúde-doença nesses locais e confirma a hipótese de que o processo de assentamento cumpre papel fundamental na estabilidade e na melhoria das condições de vida das famílias. Por fim, foi realizada uma interpretação sócio-histórica e uma análise global da realidade estudada

PALAVRAS-CHAVE: Epidemiologia, MST, Assentamentos

ABSTRACT

This research examines the importance of the agrarian reform in Brazil, especially the contribution of family farm agriculture and its several aspects, with focus on the veterinary role in this context. It also evaluates the various interpretations and analyses a theoretic-conceptual debate about: historic events regarding the agrarian reform in Brazil New Republic (1985-2005); the emerging of the Landless Rural Workers Movement (MST); the rural settlement and its process of income generation and agricultural production. Through interviews and a participating-observing process, the research presents several informations and their qualitative interpretation, including aspects concerning agricultural production, quality of life and income generation of families from Liberdade Settlement, in Minas Gerais State. Through the point of view of Social Epidemiology, the research enforces the importance of these social and economic aspects, in order to build an epidemiologic analysis of the settlements. The research presents a social-historic interpretation of this reality and an alternative concept of income generation, based on the aspects that identify these life conditions. The initial hypothesis was confirmed: the settlement is able to increase the quality of life and economic situation of the member families.

KEY-WORDS: Epidemiology, MST, Settlements

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

- Gráfico 1: Nº de propriedades e área ocupada segundo faixas de tamanho, 15
Gráfico 2: % da riqueza nacional controlada pelos 10% mais ricos, 16
Gráfico 3: % do VBP produzido por estabelecimentos familiares, 18
Gráfico 4: R\$/ha/ano dos estabelecimentos rurais, 19
Gráfico 5: ha/pessoa ocupada nos estabelecimentos rurais, 19
Gráfico 6: Evolução dos conflitos motivados por disputas fundiárias, 22
Gráfico 7: Distribuição de renda por atividade, 28
Gráfico 8: Venda a Intermediários, 30
Gráfico 9: Destino da Produção, 30
Gráfico 10: Renda da agropecuária nos assentamentos de menor e maior desenvolvimento, 31
Gráfico 11: Composição do rendimento familiar anual, 33
Gráfico 12: Percepção das condições de alimentação em relação ao momento anterior ao assentamento, 34
Gráfico 13: Percepção da condição de vida após o assentamento, 34
Gráfico 14: Composição da renda total bruta mensal, 54
Gráfico 15: Comparação entre as rendas familiares mensais de um assentado e de um diarista, 55
Gráfico 16: Composição da família com a maior renda, 55
Gráfico 17: Composição da família com a terceira menor renda, 56
Gráfico 18: Origem dos 19 entrevistados, 60

Tab1: Participação dos estabelecimentos por faixas de tamanho na renda gerada pela agropecuária, 19

Tab2: Técnicas e práticas mais comuns empregadas pelas famílias na produção agrícola, 43

Tab3: Técnicas e práticas mais comuns empregadas pelas famílias na criação de bovinos, 44

Tab4: Técnicas e práticas mais comuns empregadas pelas famílias na criação de suínos, 45

Tab5: Técnicas e práticas mais comuns empregadas na criação de galinhas, 45

Tab6: Problemas relatados pelas famílias com relação à saúde animal, 45

Tab7: Composição da alimentação humana e dos animais domésticos, 48

Tab8: Condições atuais de saneamento, 49

INTRODUÇÃO

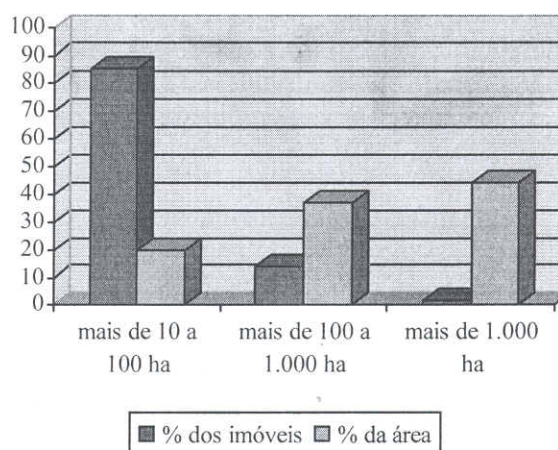
Os sucessivos modelos econômicos adotados no Brasil geraram abundância para uma pequena parcela da população e pobreza e miséria para a esmagadora maioria. Segundo a ONU (2002), o Brasil é o 8º país mais desigual do mundo, atrás de seis países africanos e da Guatemala, e o 63º segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Como pilar central da concentração de renda está, e esteve sempre, a concentração da terra, garantida ao longo do tempo pela marginalização e os privilégios das políticas agrárias do Estado (Prado, 1999), por sua negligência e, muitas vezes, apoio no que diz respeito à violência sofrida pelos trabalhadores rurais ao longo da história brasileira, praticada pelos grandes detentores de terras.

A Reforma Agrária é um dos temas de maior importância no país. Os debates e impasses entre os movimentos sociais, os sucessivos governos e suas políticas públicas e os grandes proprietários de terras, sejam eles fazendeiros ou empresas multinacionais, colocam a discussão recorrentemente na ordem do dia. Mas, nos dias de hoje, afinal, qual seria a justificativa para se discutir a Reforma Agrária? Pelo que faz com que tudo o que já foi sobre ela discutido seja importante: ela ainda está por fazer.

De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1995-1996, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 49% do total, ocupando apenas 2,2% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais. Em contraposição, os estabelecimentos com mais de 1000 ha representavam 1% do total e ocupavam nada menos que 45% dessa área. Esses dados, quando comparados com os do Censo Agropecuário de 1985, mostram um aumento na concentração da terra. A expectativa é de que o mesmo poderá ser observado por ocasião da realização do

próximo Censo, visto que o modelo econômico neoliberal levado a cabo por Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos (1995-2002) teve, como uma de suas conseqüências, a evasão de centenas de milhares de pequenos produtores rurais de suas terras (Morissawa, 2001). A observação dos dados de 2003 do cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mostra que os imóveis rurais de até 10 ha correspondem a 31,6% do total e ocupam apenas 1,8% da área total ocupada por imóveis rurais, enquanto os imóveis com mais de 1000 ha representam 2,6% do total e ocupam 44% da área.

Gráfico 1: N° de propriedades e área ocupada segundo faixas de tamanho, em % (2003)



Fonte: Cadastro do INCRA (2003)

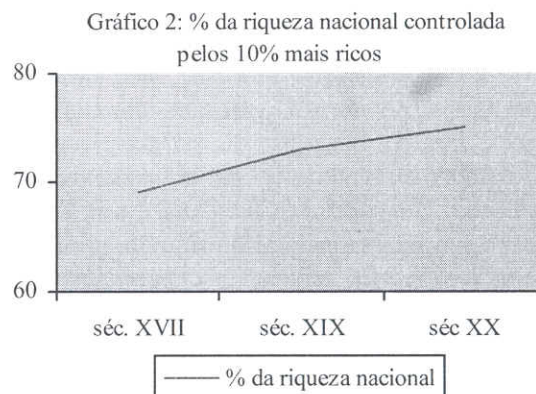
Existem hoje cerca de 4,9 milhões de famílias sem-terra no Brasil (Morissawa, 2001), em busca de condições dignas de vida. Uma das opções que a elas se apresenta é integrar-se à luta pela Reforma Agrária, na esperança de conseguir terra e cidadania. Apesar desse processo se constituir em um dia-a-dia de dificuldades e riscos, a expectativa de uma vida melhor leva 170 mil famílias a manterem-se acampadas no país, como forma de garantia de acesso à terra e de pressão sobre o

governo para a realização da Reforma Agrária (Retrato do Brasil, 2005).

Não se pode pensar a Reforma Agrária em termos de ações restritas à desapropriação e redistribuição de terras, mas ela deve, obrigatoriamente, incluir ações que visem frear a concentração de terras e facilitar o acesso às infra-estruturas básica e produtiva e a políticas agrárias e agrícolas sérias e direcionadas à agricultura familiar, com o conseqüente estabelecimento de um sistema produtivo desenvolvido dentro desse setor. Assim, os beneficiários dessas ações poderão dar um passo em direção à justiça social e à promoção da cidadania.

O atual contexto da realidade brasileira mostra uma enorme desigualdade, grandes contingentes populacionais têm condições de vida precárias e uma pequena minoria da população detém os meios de produção e, conseqüentemente, a riqueza. Mais especificamente, um contexto de meios de produção oligopolizados e meios de comercialização oligopsônicos (Graziano da Silva, 1980), e de um modelo de produção agropecuária socialmente marginalizante e ambientalmente agressivo. Sendo assim, e vivendo num país onde, de um lado, os 10% mais ricos da população detêm 75% da riqueza nacional (IBGE, 2005) e, de outro, cerca de 49 milhões de pessoas vivem com até meio salário mínimo por mês (ONU, 2002) e os índices de desemprego e violência são assustadoramente altos, é preciso pensar e questionar o modelo de desenvolvimento como um todo.

Para dar conta da complexidade e da multiplicidade de aspectos envolvidos pela Reforma Agrária, as análises não podem se reduzir à identificação dos volumes de produção e da produtividade das áreas de assentamento. Somente um pensamento abrangente poderá orientar ações que causem reais mudanças no sentido de cessar o processo de marginalização da grande maioria da população brasileira e de saciar sua fome histórica.



As ações governamentais referentes à Reforma Agrária no Brasil se apresentaram, até hoje, restritas à colonização de terras públicas e à desapropriação de terras e sua distribuição a grupos de trabalhadores rurais sem-terra. Cabe ressaltar, ainda, que a desapropriação de terras para a alocação de famílias, na grande maioria das vezes, se dá como conseqüência da mobilização e da pressão dos trabalhadores, e não por iniciativa do Estado, em razão do jogo de forças políticas do país, que tende para o poder do capital e dos latifundiários. Caracteriza-se, assim, como uma política que é, por um lado, compensatória e, por outro, de alívio de tensões sociais causadas pelos conflitos fundiários. Pode-se dizer, portanto, que não há uma verdadeira política de Reforma Agrária, necessariamente parte de uma política de desenvolvimento nacional. Quando aqui se fala em *política de desenvolvimento nacional*, o que se tem em mente é um conjunto de ações que priorize a produção para o mercado interno, a geração de postos de trabalho e a independência econômica e política do país, tendo como objetivos necessários a socialização dos meios de produção, o desenvolvimento da soberania nacional e a distribuição da riqueza e do poder.

O resultado dessas ações se materializa nos chamados assentamentos da Reforma

Agrária, ponto de chegada da luta pela terra e ponto de partida da busca de uma mínima estruturação para milhares de famílias, na tentativa de alcançar condições dignas de existência. Diante disso, considera-se que a análise dos indicadores sócio-econômicos dos acampamentos e assentamentos fornece subsídios para a compreensão das condições de vida dessa população e de sua relação com o meio externo (local, regional e nacional). O estudo dos processos de geração de renda e das estratégias de sobrevivência das famílias acampadas e assentadas, dos quais a produção agropecuária é peça fundamental, é de suma importância como contribuição à compreensão da dinâmica destas áreas. Para essa análise, deve-se fugir das classificações dicotômicas impostas por análises economicistas que, via de regra, reduzem a compreensão desta questão a simples somatórios de elementos quantificados. É preciso seguir rumo a uma complexificação do entendimento, incorporando nas análises os aspectos sociais, políticos, econômicos, sociológicos, antropológicos e históricos dos assentamentos, que podem ser considerados verdadeiros laboratórios de experiências de obtenção de meios para a construção de uma nova vida.

A diversidade de processos sociais que determina a formação dos acampamentos e assentamentos (Medeiros; Leite, 1999) dá origem às mais variadas formas de organização, produção e condições de vida em geral, não existindo regras para se definir estes locais. Porém, diversos estudos mostram que, apesar dessa diversidade, os assentamentos cumprem um importante papel na estabilidade e na melhoria das condições de vida das famílias (FAO/PNUD, 1992; Romeiro; Guanziroli; Palmeira, 1994; INCRA/FAO, 1999; Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

Mas os assentamentos não podem ser compreendidos de forma isolada do contexto geral da sociedade e da agricultura brasileiras, e da agricultura familiar, em

particular. Os trabalhadores e trabalhadoras assentados estabelecem-se como produtores familiares e, mesmo constituindo-se em uma nova forma de campesinato (Caldart, 2004), é necessário um entendimento claro dos processos históricos da agricultura familiar brasileira para uma argumentação pertinente sobre o assunto.

Soares (2001) ressalta alguns aspectos que dizem respeito à sua multifuncionalidade. O primeiro aspecto a ser considerado é a sua relação com a segurança alimentar¹. A agricultura familiar é, tradicionalmente, policultora e produtora de gêneros alimentícios básicos, tanto para os próprios produtores familiares quanto para a população urbana. A observação dos dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 mostra que as pequenas unidades produzem mais em volume de produção, como ressaltou Oliveira (2004). Os produtores familiares são responsáveis por 24% do VBP (Valor Bruto da Produção) da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 72% da cebola, 67% do feijão, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café (INCRA/FAO, 1999), apesar da extensão de área que ocupam. Mas “a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar vai além da produção primária. Sua característica de distribuição de renda e geração de empregos possibilita que milhões de pessoas tenham condições de acesso aos alimentos” (Soares, 2001).

O percentual de participação das pequenas unidades na geração de renda dos diversos ramos da produção foi analisado por Oliveira (2004), também se baseando

¹ Segundo Soares (2001), segurança alimentar e nutricional é a garantia de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais, com base em alimentos saudáveis.

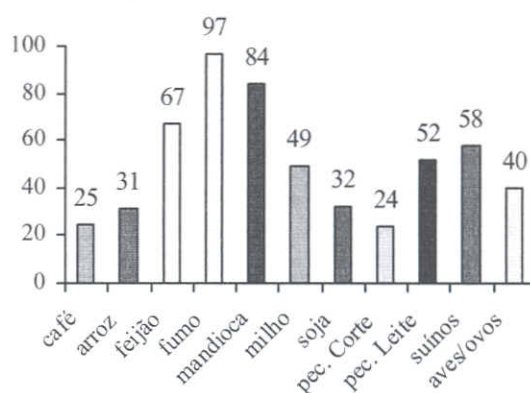
no Censo Agropecuário de 1995-1996 (IBGE), e desmistifica a costumeira atribuição do papel de destaque às grandes unidades. As unidades de produção de até 200 ha são responsáveis por 60,4% das receitas totais geradas pela produção animal. Fazendo-se uma decomposição entre os ramos desta produção, pode-se observar que essas mesmas unidades respondem por 46,4% das receitas geradas pelos animais de grande porte, 85,5% no caso dos animais de médio porte e 84,8% nos animais de pequeno porte e aves, como observado Tabela 1. Desses dados pode-se perceber a importância da atuação do veterinário junto às pequenas unidades de produção.

Neste ponto, uma observação merece espaço. O papel do chamado agronegócio na agricultura brasileira é diametralmente oposto ao da agricultura familiar. A seguinte definição, proposta por Oliveira e Stedile (2005), dá a medida desta diferença: “(...) fazendas modernas, que utilizam grandes extensões de terra, que se dedicam à monocultura (...), utilizam alta tecnologia, mecanização (...), pouca mão-de-obra (...), com baixos salários, com uso intensivo de agrotóxicos, com uso de sementes transgênicas e, na maior parte dos casos, produzem para a exportação (...)”.

Ainda com base na observação dos dados do Censo de 1995-1996, os estabelecimentos familiares representam 85,5% do total de estabelecimentos rurais, ocupam 30,5% da área total ocupada por estes últimos e são responsáveis por 37,9% do VBP Nacional, apesar de receberem apenas 23,5% do volume de créditos destinados ao setor agropecuário (INCRA/FAO, 1999). Ou seja, sob o aspecto da produtividade global, a agricultura familiar é mais eficiente que a patronal², apesar de não receber

financiamento agropecuário condizente. “O financiamento rural no Brasil continua sendo privilégio da agricultura patronal, que, além de socialmente injusta e concentradora de terra e renda, é economicamente ineficiente” (Soares, 2001). A Renda Total por hectare

Gráfico 3: % do VBP produzido por estabelecimentos familiares



Fonte: INCRA/FAO (2000)

demonstra a mesma tendência, em todas as regiões do país, de maior eficiência da agricultura familiar em relação à patronal. A primeira produz, em média, R\$ 104,00/ha/ano, enquanto essa última produz apenas R\$ 44,00/ha/ano. Além disso, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro (Oliveira, 2004; Soares, 2001). Mesmo dispondo de 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado, sendo necessários 7,8 ha para ocupar uma pessoa, enquanto, na agricultura patronal, essa necessidade é de 67,5 ha (INCRA/FAO, 1999).

² Neste estudo, o universo familiar foi delimitado pelos estabelecimentos em que: a) a direção dos trabalhos era exercida pelo produtor; e b) o trabalho

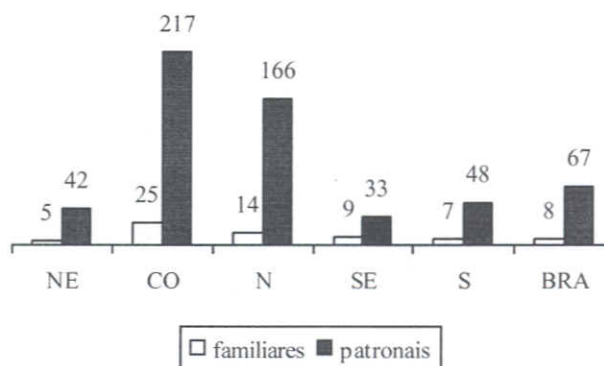
familiar era superior ao trabalho contratado (INCRA/FAO, 2000).

Tabl³: Participação dos estabelecimentos por faixas de tamanho na renda gerada pela agropecuária

Sector	Pequeno	Médio	Grande
Animais de Grande Porte	46,4	37,2	16,4
Animais de Médio Porte	85,5	12,9	1,6
Pequenos			
Animais Aves	84,8	13,6	1,5
Produção Animal Total	60,4	28,6	11,2
Lavouras Temporárias	49,2	33,8	16,7
Lavouras Permanentes	70,5	24,3	5,2
Horticultura/Floricultura	94,7	4,1	1,2
Extração Vegetal	67,6	17,9	11,3
Silvicultura	16,8	23,4	59,8
Produção Vegetal Total	53,6	31,2	15,2
Produção Agropecuária Total	56,8	29,6	13,6

Fonte: Oliveira (2004)

Gráfico 5: ha/pessoa ocupada nos estabelecimentos rurais



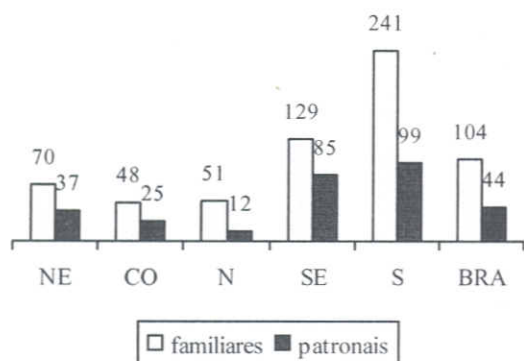
Fonte: INCRA/FAO (2000)

Como impactos positivos da agricultura familiar sobre o meio ambiente ressalta-se a ausência de racionalidade de maximização econômica, a valorização da diversidade através de policultivos e múltiplas criações, a maior facilidade de cuidados técnicos nas operações de manejo e a valorização de potencialidades naturais próprias aos ecossistemas em que está inserida.

A marginalização dos produtores familiares ao longo do tempo levou ao desaparecimento de milhares de unidades de produção, elevando a concentração da terra. "O descaso histórico com esse setor da agricultura, seja pela falta de financiamento adequado, falta de infraestrutura de produção e comercialização, ausência de políticas públicas de saúde e educação, leva à saída acelerada de agricultores do campo para a cidade" (Soares, 2001). Sendo assim, a política de Reforma Agrária deve estar, necessariamente, conectada a uma política de desenvolvimento da agricultura familiar, ambas como partes de uma política de desenvolvimento nacional.

Partindo dos pressupostos da teoria social do processo saúde-doença (Contreras, 2000), quais sejam, o modo de produção, as relações sociais e as condições de vida da população como determinantes da dinâmica de tal processo, o epidemiólogo deve conhecer

Gráfico 4: R\$/ha/ano dos estabelecimentos rurais



Fonte: INCRA/FAO (2000)

³ Como *Pequenos*, entende-se os estabelecimentos com menos de 200 ha; *Médios*, de 200 a menos de 2000 ha; e *Grandes*, de 2000 ha acima. (Oliveira, 2004).

qualitativamente a realidade da produção e seus mecanismos nas comunidades acampadas e assentadas, para que possa proceder a uma interpretação coerente das condições de vida dessa população, assim como a uma atuação efetiva.

Inicialmente, nesta pesquisa, trabalhou-se com a hipótese de que a produção agropecuária e a geração de renda, possibilitadas pelo processo de acampamento e assentamento de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, cumprem um papel fundamental na estabilidade e na melhoria das condições de vida dessas famílias, tendo como objetivo geral caracterizar e analisar a produção agropecuária, a geração de renda e as condições de vida em geral das famílias assentadas, contrapondo-as às suas condições de vida nos momentos anteriores ao acampamento. Porém, a riqueza de experiências e informações proporcionada pelo processo de pesquisa possibilitou a incorporação de conclusões de caráter mais amplo do que aquelas buscadas de início, as quais são apresentadas ao final do trabalho.

É importante ressaltar o papel do veterinário e de outros profissionais no processo de Reforma Agrária (Viana; Carneiro; Pereira, 1998) ultrapassando questões meramente técnicas e comprometendo-se a compreender e interferir nos processos sociais, como forma de dar à profissão um caráter transformador da sociedade. A Veterinária, como parte integrante das Ciências Agrárias, deve estar comprometida, impreterivelmente, com o desenvolvimento global das populações marginalizadas do campo. Sua atuação deve envolver aspectos sócio-econômicos, produtivos e sanitários, e ter a elevação das condições de vida da população rural como objetivo final. Levando-se em conta que os estabelecimentos familiares representam mais de 80% dos estabelecimentos rurais e que seus sujeitos foram historicamente marginalizados pelas políticas agrárias e pela extensão rural, fica evidente a responsabilidade, ou antes, ainda, a

necessidade ética e histórica que tem o veterinário, sobretudo aquele egresso das universidades públicas, para com a transformação dessa realidade.

REFERÊNCIAS TEÓRICO- CONCEITUAIS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

A Reforma Agrária na Nova República.

Em 10 de outubro de 1985, no governo de José Sarney, foi lançado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), fundamentado no Estatuto da Terra de 1964 e que estabeleceu como meta o assentamento de 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de hectares até o fim do mandato. Porém, foram atingidos os valores ínfimos de 6,4% do número de famílias (89.950) e 1,5% da quantidade de terras (4,5 milhões de hectares) estabelecidos como metas (Morissawa, 2001; Medeiros, 1994). A desapropriação por interesse social continuou a não ser a medida prioritária, sendo as formas predominantes de intervenção a colonização de fronteiras (ocupação de terras públicas) e a desapropriação negociada. As exposições de Moacir Palmeira (Medeiros, 1994) baseadas em suas experiências como diretor de recursos fundiários do INCRA entre 85 e 86, mostram como relações clientelistas e favorecimentos ocorridos no interior do órgão impediram a implementação do Plano, além da prática de, diante da opinião pública, culpar o órgão pelo atraso, quando esse atraso era causado pelo próprio governo federal.

Por ocasião da Constituinte de 88, o tema da Reforma Agrária recebeu grande atenção por parte dos meios de comunicação, e nessa época ocorreu um aumento da violência no campo e forte pressão dos ruralistas para não realização da Reforma. Foi realizada a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que conseguiu um milhão de assinaturas, mas mesmo assim não foi apoiada pela maioria dos constituintes (Medeiros, 1994; Stedile; 1994). Sobre as limitações da Constituição de 1988 em relação à Reforma Agrária, é indispensável citar as considerações de José Gomes da Silva (Stedile; 1994), presidente

do INCRA em 1985 e considerado um dos mais importantes especialistas brasileiros sobre o assunto, segundo o qual é possível ressaltar diversas fragilidades presentes na Carta. Primeiramente, a definição de pagamento prévio feito a “preço justo”, sem explicitar os critérios que definem essa “justiça”, dificulta enormemente o processo de desapropriação, além de representar um grande retrocesso em relação à modificação do antigo texto constitucional feita em 1969 pelo governo militar, que eliminou a obrigatoriedade do pagamento prévio e regulamentou o “justo preço” com base no tributo territorial pago pelo proprietário. Em segundo lugar, ressalta que houve um dos mais sérios recuos já ocorridos na história das Constituições brasileiras, quanto à questão da “propriedade produtiva”, ao se definir que as propriedades incluídas nessa categoria, semanticamente imprópria e etimologicamente imprecisa, não são passíveis de desapropriação. Além de tudo isso, o texto constitucional criou uma falsa isonomia entre Política Agrícola e Reforma Agrária, igualando os contextos estrutural e conjuntural, e retirou direitos dos assalariados rurais. José Gomes da Silva conclui que a Constituição Federal de 1988 é a “pior carta desde 1946” para os trabalhadores rurais. “O Constituinte de 1987/88 (...) não conseguirá explicar a capitulação diante do latifúndio. O medo (...) não foi banido da Constituinte (...). Apesar de apoiada por 1,2 milhões de eleitores que subscreveram a Emenda Popular com o maior número de assinaturas dentre todas apresentadas à Constituinte, a Reforma Agrária não conseguiu vencer os bois da UDR”.

Durante sua campanha eleitoral, Fernando Collor de Mello prometeu assentar 500.000 famílias, mas o número alcançado não passou de 50.000 durante seu mandato parcial. Suas principais atuações em relação à Reforma Agrária foram a redução drástica dos quadros técnicos e dos recursos materiais e orçamentários do INCRA, além da extinção do MIRAD

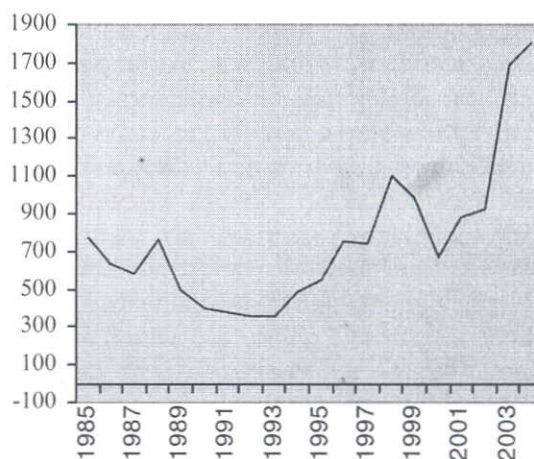
(Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural), órgão que detinha a maior parte dos recursos orçamentários para implementação da Reforma Agrária. Em seu breve período de governo, Itamar Franco assentou 36.500 famílias, sendo esse o período de maior número de desapropriações (Morissawa, 2001; Medeiros, 1994).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1995, o país assistiu ao aprofundamento do modelo econômico neoliberal, com a redução ainda maior da intervenção do Estado na economia e nos serviços sociais e a subordinação ao capital internacional. No plano da agropecuária, isso significou a desnacionalização das empresas brasileiras e o domínio do comércio de produtos por grandes empresas internacionais. Apenas nos primeiros dois anos de governo, segundo estimativas, 400.000 pequenos agricultores perderam suas terras e 800.000 pessoas perderam o emprego na agricultura (Morissawa, 2001). Durante o seu governo, houve um aumento da tensão na relação com os movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que foi alvo de perseguições, prisões e de uma ampla campanha, apoiada pela grande mídia, em especial pela revista *Veja* (Comparato, 2003; Morissawa, 2001), com o objetivo de criminalizar e desacreditar o Movimento.

Aumentaram os números de ocupações e de conflitos, sendo os maiores símbolos os massacres de Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado dos Carajás, no Pará. Adotando uma política clara de combate à Reforma Agrária, o governo tentou passar, pela mídia, a idéia de que era dele a iniciativa de implementá-la. Ao fim de seu segundo mandato (1999-2002), o governo de FHC divulgou o assentamento de 580.000 famílias, a “maior Reforma Agrária da história”, mas um censo realizado pela USP (Universidade de São Paulo) e à ESALQ – Piracicaba (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) mostrou que, na realidade,

foram assentadas 328.000 famílias, sendo 67% na chamada Amazônia Legal (Pará, Mato Grosso e Rondônia); ou seja, mais uma vez, um processo de colonização de terras públicas. Na grande maioria dos casos, a iniciativa não foi do governo, sendo o aumento do número de assentados decorrente do agravamento dos conflitos e das ocupações de terra. A década de 90, período correspondente aos governos de Collor e Fernando Henrique, ficará para a história como aquela em que os proprietários com áreas acima de 2.000 ha aumentaram de 128 para 178 milhões de hectares a sua área total, enquanto 920.000 propriedades com menos de 100 ha foram à falência, segundo declaração de João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do MST (Caros Amigos, 2003).

Gráfico 6: Evolução dos conflitos motivados por disputas fundiárias (1985-2004)



Fonte: CPT (2004)

O número anual de conflitos fundiários, que havia declinado em 1999 e 2000 (mas, ainda assim, continuava alto), voltou a subir a partir de 2001, atingindo altíssimos níveis em 2003 e 2004. Em janeiro de 2003, chegou à presidência da república Luís Inácio Lula da Silva que, por sua trajetória de vida, foi depositário da confiança dos movimentos sociais. A pedido de seu governo, uma equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado

constituente e consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) elaborou um documento que estipulava o número de seis milhões de potenciais beneficiários da Reforma Agrária e onde se previa o assentamento de um milhão de famílias durante o mandato. Este número foi reduzido pelo governo para apenas 400 mil, sendo a previsão de 30 mil para 2003, 115 mil para 2004, 115 mil para 2005 e 140 mil para 2006, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004). Apesar das expectativas de mudança, mais uma vez as metas não foram cumpridas. Os dados oficiais apontam o assentamento de 245 mil famílias no período de 2003 a 2005, mas esse número engloba casos de regularização fundiária e de assentamentos agroextrativistas, que não podem ser incluídos nas estatísticas da Reforma Agrária. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo (USP), bem como representantes do MST, nos três primeiros anos de mandato, o governo Lula assentou algo em torno de 100 mil famílias.

A controvérsia sobre os números da Reforma Agrária e da agricultura familiar demonstra que este se trata de um campo de disputa política e de uma imagem do Brasil que raramente aparece sob o ponto de vista dos Sem Terra. Esse debate questiona o princípio da justiça sobre o qual se ordena a reprodução social, como é o caso da apropriação privada da terra. Em seu acirramento fica explícita a fragilidade do fundamento estruturante da ordem social marginalizante baseada na terra enquanto propriedade privada, passível de equivalência em valor monetário. A terra foi transformada em mercadoria pelas elites brasileiras em 1850, com a Lei de Terras, criando as condições que fomentam os conflitos de hoje. A luta dos Sem Terra é por legitimação dos direitos, é uma luta política e ideológica, por uma visão de mundo socialmente situada. É, portanto, uma expressão da luta de classes.

Existem hoje, no Brasil, mais de quatro milhões de famílias sem-terra (Morissawa, 2001), estando cerca de 170.000 acampadas como forma de pressão para a realização da Reforma Agrária, e 840.000 cadastradas na lista de espera para serem assentadas (Retrato do Brasil, 2005).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: origem e territorialização.

Na década de 70, os conflitos pela terra ocorriam em diversas partes do território nacional, marcados pela violência praticada pelo governo militar e por iniciativas particulares, incentivadas pelo Estado. “Nunca na história do Brasil, o latifúndio fez uso tão descontrolado da violência privada como nos tempos militares” (Martins, 1999, citado por Branford; Rocha, 2004). No sul do país, trabalhadores Sem Terra começaram a se organizar, apoiados por setores de esquerda da Igreja Católica, principalmente os padres adeptos da Teologia da Libertação, concepção religiosa que se difundiu pela América Latina na década de 60. Teve início, então, um processo de ocupação de terras, do qual o marco inicial foi a ocupação de parte da grande fazenda Sarandi, no município de Ronda Alta - RS, em 7 de setembro de 1979. Outro grande expoente deste período foi o acampamento Encruzilhada Natalino, símbolo de resistência que durou do final de 1980 a meados de 1982, contra o qual o governo militar realizou sua última tentativa de impor sua política através de meios repressivos. Assim foi plantada a semente de um novo e grande movimento social. (Branford; Rocha, 2004).

De 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, realizou-se o encontro que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Reunidos trabalhadores rurais de diversos estados, muitos já com experiência de luta pela terra, e representantes de organizações como a ABRA (Associação

Brasileira de Reforma Agrária), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CPT (Comissão Pastoral da Terra, de fundamental importância na criação do Movimento), CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e Igreja Luterana, decidiu-se pela criação de um movimento de alcance nacional, voltado à luta pela terra e pela Reforma Agrária. Foram estabelecidos como princípios: a condução do Movimento pelos próprios trabalhadores; a abertura a toda a família; e o caráter de movimento de massas. Como objetivos, foram definidos: a luta pela Reforma Agrária; a luta por uma sociedade justa, fraternal e pelo fim do capitalismo; a inclusão dos trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores na categoria de sem-terra; e a garantia de que a terra fosse de quem nela trabalhasse e nela vivesse (Branford, Rocha, 2004; Morissawa, 2001).

A partir de então, o Movimento se ampliou progressivamente e, como consequência disso, ganhou uma visibilidade cada vez maior, sendo sua mais importante forma de luta a ocupação de terras griladas, latifúndios por exploração, fazendas improdutivas e áreas devolutas, ou seja, áreas que não cumprem a função social da terra estabelecida pela Constituição de 1988. Outras formas de luta são os acampamentos permanentes, as marchas pelas rodovias, os jejuns e greves de fome, as ocupações de prédios públicos, os acampamentos nas capitais e diante de bancos, as vigílias e outras manifestações em grandes cidades.

A ação do Movimento segue uma ordem onde, feita a ocupação, estabelece-se o acampamento, geralmente com a construção de barracas de madeira e lona preta. Tem início, então, a organização interna do acampamento, com a formação dos Núcleos de Base, compostos por 10 a 15 famílias cada, a eleição de seus coordenadores e a divisão de tarefas pertinentes à realização das atividades fundamentais como a alimentação, a saúde, a educação, etc. Os princípios adotados para

essa organização são a democracia, a participação de todos no processo decisivo, a divisão de tarefas e a direção coletiva. A sustentação do acampamento se dá através do trabalho dos acampados, da contribuição de outros acampamentos e assentamentos, da solidariedade de pessoas e entidades e de recursos governamentais (Morissawa, 2001). As palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”, adotadas pelo Movimento em seu 5º Encontro Nacional (1989), definem o dia-a-dia a partir daí, até que a terra seja definitivamente conquistada ou que uma nova jornada tenha que começar.

O MST completou 20 anos em 2004 e atua em 23 estados brasileiros, integra mais de 1,5 milhões de pessoas (Morissawa, 2001) e é o movimento social maior, mais organizado e de maior visibilidade no país e no mundo, sendo internacionalmente reconhecido como tal. Integra a Via Campesina, articulação internacional que congrega organizações camponesas e indígenas de 56 países da África, Ásia, Europa e América.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Minas Gerais.

As informações aqui apresentadas baseiam-se em relatos de integrantes do MST que participaram dos acontecimentos aqui descritos e nos trabalhos de Santos (2002) e de Fernandes (2000).

Em Minas Gerais, o MST iniciou sua trajetória nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ligadas à Igreja Católica. As primeiras reuniões aconteceram no município de Poté, no Vale do Jequitinhonha e foram promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), também ligada à Igreja. Nelas, se discutia a conscientização dos trabalhadores e a construção do Movimento em Minas Gerais. Estava claro que não se poderia esperar por uma política governamental e

que era necessário que os trabalhadores criassem seu próprio instrumento de luta. Decidiu-se, assim, enviar dois delegados para o 1º Congresso do MST, que aconteceu em janeiro de 1984 em Cascavel, no Paraná. Eles voltaram com a proposta de organização de famílias, não somente em Poté, mas também em outros municípios e regiões do estado.

Em junho de 1985, os Sem Terra organizaram seu primeiro Encontro Regional em Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri. Lá elegeram uma Coordenação Estadual e iniciaram os trabalhos de base em diversas comunidades e municípios. Em abril de 1987, realizaram o 2º Encontro Regional, onde se definiu que a primeira ocupação seria a da fazenda Aruega, no município de Novo Cruzeiro, localizado no Vale do Jequitinhonha. A fazenda possuía 630 ha e foi ocupada por 400 famílias no dia 12 de fevereiro de 1988, com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) da região e da CPT. A ocupação foi um fato novo e a sociedade local não tinha a compreensão do processo de Reforma Agrária. Os fazendeiros articularam-se com rapidez, contratando pistoleiros e formando a União Democrática Ruralista (UDR) na região, da qual tomou a frente o prefeito do município à época. Seiscentos policiais militares, enviados pelo governo estadual, acamparam em local próximo ao acampamento do MST, para impedir a saída dos trabalhadores e a entrada de alimentos.

Passado um mês, o MST realizou a ocupação da fazenda Sapezinho, também localizada no município de Novo Cruzeiro e vizinha à Aruega. Novamente, os trabalhadores foram cercados, desta vez por cerca de 1000 policiais que, da mesma forma, tentaram isolar o acampamento, além de torturar as pessoas que conseguiram capturar. Foi expedida uma liminar de reintegração de posse e, como havia a perspectiva de uma ação violenta por parte da polícia, as famílias desocuparam a área. Após muita pressão

exercida pelo MST, pela CPT e pelos STR's sobre os governos estadual e federal e a realização de uma ocupação da sede do INCRA em Belo Horizonte, a fazenda Aruega foi desapropriada e destinada ao assentamento de 25 famílias. Foi organizada, então, uma terceira ocupação, que não chegou a se concretizar. No dia 5 de dezembro de 1989, as famílias remanescentes da Aruega fizeram a tentativa de ocupar a fazenda Bela Vista, de 2100 ha, no município de Teófilo Otoni. Os trabalhadores Sem Terra foram impedidos de montar o acampamento por jagunços e policiais. Essa ação teve como resultado vários homens e mulheres feridos por estilhaços de bombas, outros torturados, duas pessoas baleadas e crianças que ficaram perdidas por até sete dias.

Ainda em 1989, o MST deu início aos trabalhos de base no noroeste de Minas e no triângulo mineiro. "A questão agrária foi militarizada. A polícia, em ação conjunta com a UDR, aumentava a repressão na proporção em que os trabalhadores intensificavam suas ações" (Fernandes, 2000). A polícia militar de Minas Gerais chegou a inventar duas novas armas para combater os Sem Terra, denominadas *aruega* e *sapezinho* em alusão às primeiras ocupações do estado. Essa ação conjunta da polícia militar e da UDR foi, por diversas vezes, denunciada em Brasília pelo MST, pela CPT e pela Central Única dos Trabalhadores. Em janeiro de 1990, foi ocupada a fazenda Colorado, localizada no município de Iturama, no triângulo mineiro, rapidamente desocupada por policiais e jagunços. As 250 famílias ocuparam, então, uma outra área no mesmo município, a fazenda Varginha, de 4000 ha. De lá foram despejadas com violência e tiveram seus barracos queimados. A UDR providenciou meio de transporte para 270 pessoas até o distrito policial e as lideranças foram humilhadas diante de suas famílias. A Coordenação Estadual do Movimento fez a avaliação de que não era possível, naquele momento, dar continuidade aos trabalhos de

base no triângulo mineiro. Decidiu, então, retornar à região dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha para novas ações, visto que lá o Movimento já estava minimamente estruturado. O ainda pequeno número de militantes e os limitados recursos financeiros determinavam uma fragilidade que tornava necessária essa manobra.

O problema das famílias excedentes da Aruega continuava sem solução e o MST ocupou a sede do INCRA para pressionar pela resolução da questão. Parte daquelas famílias acampou no município de Teófilo Otoni, após a tentativa frustrada de ocupação da fazenda Bela Vista. Essas famílias foram assentadas no município de Itaipé, no Assentamento Santa Rosa, em área que pertencia, anteriormente, a duas fazendas. O assentamento foi condenado pelo MST devido à área não ser apropriada para a agricultura e não comportar aquelas 70 famílias. Hoje, avalia-se que a capacidade de assentamento da área é de 25 famílias e nela permanecem apenas 27, tendo as demais a abandonado em decorrência das dificuldades de produção. A RURALMINAS (Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário) tentou transferir a outra parte daquelas famílias para o Projeto de Assentamento Craúna, área de 11.000 ha localizada em Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha. Essa operação revelou-se um engodo, visto que a área para a qual foram destinadas as famílias, isolada e sem infra-estrutura, não era a mesma apresentada pelos técnicos da RURALMINAS. Após serem, durante um mês, impedidas de deixar a área, as famílias saíram e acamparam à margem da BR 116, no município de Padre Paraíso, Vale do Jequitinhonha.

Em 1º de junho de 1993, essas famílias ocuparam a fazenda Califórnia, de aproximadamente 2.000 ha, localizada no município de Tumiritinga, no Vale do Rio Doce. Essa fazenda já havia sido desapropriada para fins de Reforma Agrária e, apesar de a família do fazendeiro tentar

reverter essa situação, veio a se tornar o Assentamento 1º de Junho. Assim, foi criada mais uma divisão regional de atuação do MST em Minas Gerais. “Os sem-terra conseguiram romper os obstáculos e superaram as dificuldades, ocupando a terra como condição para ser camponeses” (Fernandes, 2000).

No dia 23 de agosto de 1994, foi ocupada a chamada Fazenda Ministério, em Governador Valadares. Essa área federal havia sido cedida à Empresa da Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG), que deveria utilizá-la para a realização e a difusão de pesquisas em agropecuária. Na prática, era utilizada por grandes fazendeiros para a criação de gado. Sua ocupação possui um grande significado simbólico, visto que ela seria desapropriada pelo presidente João Goulart em 1964, para implantação de um assentamento que seria um projeto-piloto de Reforma Agrária, o que não chegou a acontecer. A expectativa da entrega da terra aos trabalhadores trouxe um clima de tensão à cidade e causou a reação dos fazendeiros locais deflagrando, dois dias antes do golpe militar, um conflito armado em Governador Valadares, iniciado com o ataque dos fazendeiros à sede do STR (Borges, 1988). A conquista da Fazenda do Ministério deu origem ao Assentamento Oziel Alves Pereira, símbolo de que, a despeito de mais de 20 anos de ditadura militar, em que foram perseguidas suas organizações e assassinados seus líderes, a luta dos trabalhadores rurais continuou a existir.

A partir desse momento, o MST prosseguiu com as ocupações e territorializou-se por outras regiões do estado de Minas Gerais. Hoje, atua dividindo-se em seis Regionais: Norte de Minas, Rosinha Maxacali (Vale do Jequitinhonha), Vale do Rio Doce, Milton Freitas (região central do estado), Triângulo Mineiro e Sul de Minas.

Assentamentos.

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

Esses assentamentos têm múltiplas origens e finalidades, e podem ser divididos em: projetos de colonização, implantados a partir dos anos 70, com os objetivos de ocupar terras devolutas e expandir a fronteira agrícola; reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização de posse; projetos de Reforma Agrária, baseados no Estatuto da Terra e implantados via desapropriação por interesse social, a partir de 1986; e reservas extrativistas para exploração de seringais na região amazônica e outras atividades de aproveitamento de recursos renováveis.

Em 1994, estimava-se oficialmente a existência de 350.000 famílias assentadas em 1.500 núcleos, incluídos todos os tipos de assentamentos (INCRA). Neste ponto reside uma polêmica: os movimentos sociais relacionados à Reforma Agrária, apropriadamente, advogam a não inclusão dos outros tipos de assentamento nas estatísticas da Reforma Agrária, atitude freqüentemente tomada por parte de autoridades governamentais nas estratégias comuns de manipulação de informações quantitativas. Assim, no final de 1997, João Pedro Stedile, membro da Coordenação Nacional do MST, afirmava haver em torno de 150 mil famílias em assentamentos da Reforma Agrária, estimativa próxima aos números do I Censo da Reforma Agrária, realizado pela Universidade Nacional de Brasília (UNB) a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário e divulgado em 1998, que encontrou 200.000 famílias. Vale ressaltar que, por ocasião da realização do

Censo, foi constatada a superestimação dos dados do INCRA, e milhares de famílias não foram encontradas (Schimidt; Marinho; Rosa, 1998).

Os assentamentos de Reforma Agrária não se encontram igualmente distribuídos pelo País. Nesse sentido, no estudo realizado por Leite; Heredia; Medeiros *et al* (2004) são analisados os impactos dos assentamentos nas regiões onde são implantados. Ele mostrou a existência de "manchas" nas quais ocorre uma alta concentração de assentamentos, como são o Sudeste do Pará (Bico do Papagaio), o entorno do Distrito Federal, o Sertão do Ceará, a Zona Canavieira do Nordeste, o Sul da Bahia e o Oeste de Santa Catarina. Não coincidentemente, estas manchas estão em áreas que também concentram os maiores índices de conflitos pela terra. Contudo, este estudo não contemplou áreas emblemáticas da luta pela Reforma Agrária, como o Rio Grande do Sul e o Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Os governos, de modo geral, atuaram a reboque dos movimentos sociais, estabelecendo assentamentos para atenuar a violência dos conflitos no campo.

Renda e produção agropecuária em assentamentos da Reforma Agrária.

Uma questão gera grande polêmica entre partidários de concepções econômicas distintas, no que diz respeito à geração de renda na agricultura familiar. Essa questão relaciona-se à consideração ou não da renda de autoconsumo, ou seja, aquela correspondente à parcela dos produtos separada pela família para consumo próprio e que, caso contrário, teria que ser adquirida no mercado a preços superiores ao custo de produção. De um lado, partindo de uma visão estritamente microeconômica, estão os que alegam não ser possível a soma da renda de autoconsumo à renda monetária, devido ao fato de se tratarem de grandezas economicamente distintas e até opostas, na

medida em que o autoconsumo refletiria uma “economia natural”, enquanto a renda monetária, a inserção numa “economia mercantil” (Romeiro; Guanziroli; Palmeira, 1994). Do outro lado, estão os que compreendem a agricultura familiar como tendo uma lógica completamente diferente da agricultura comercial, escapando de análises meramente contábeis.

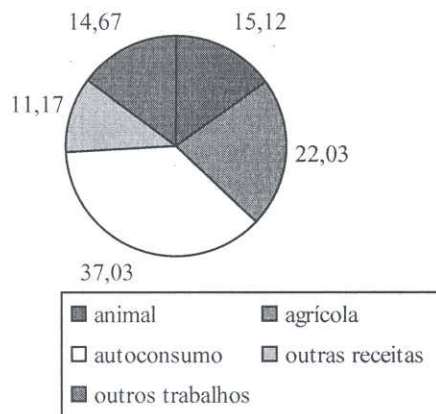
O autoconsumo é parte fundamental do processo de reprodução da agricultura familiar e, portanto, desconsiderá-lo em qualquer análise que dela se faça seria incorrer em grave erro de reducionismo. Como aparece em Romeiro; Guanziroli; Palmeira (1994), “criticar a atribuição de valor monetário ao autoconsumo significa julgar que não existe diferença entre a miséria absoluta e a satisfação das necessidades alimentares sempre que esta venha de circuitos não mercantis. Isso pode eventualmente fornecer sensação de coerência ao economista, mas é evidentemente inócuo sob o ângulo da análise real das condições de vida”. Além disso, maior grau de monetarização da produção agrícola não significa, necessariamente, melhores condições de vida da população rural.

Baseando-se na recomposição de todas as fontes de renda das famílias assentadas durante a safra 1990-1991, observou-se que a renda média gerada por uma família de beneficiários de reforma agrária ao nível nacional foi de 3,70 salários mínimos por mês, sendo a média regional de 4,18 no Norte; 2,33 no Nordeste; 3,85 no Centro Oeste; 4,13 no Sudeste e 5,62 no Sul. Estes dados mostram que as diferenças refletiram as disparidades regionais no país. Assim, alguns assentamentos do Sertão do Ceará não atingiram um salário mínimo por família, enquanto outros, localizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, superaram os sete salários mínimos ao mês por família, embora se tenha encontrado situações inversas (FAO/PNUD, 1992).

Na média nacional, a renda se distribuiu em 37% de renda monetária agrícola e

animal (22% e 15%, respectivamente), 37% de renda de autoconsumo e cerca de 26% de rendas geradas por trabalho assalariado e por outras receitas da família (11,17% e 14,67%, respectivamente), mostrando que a sobrevivência dos trabalhadores se deu mediante a combinação de diversos tipos de renda. Ressaltou-se o autoconsumo como forma de redução dos gastos alimentares e defesa contra a estacionalidade dos preços agrícolas. A renda proveniente do trabalho fora da terra própria (11,17%) mostrou ser o trabalho assalariado uma forma de complemento da renda total, normalmente nos períodos de entressafra dos produtos familiares. Na decomposição regional da análise, viu-se que a participação da renda obtida com outros trabalhos diminuiu proporcionalmente ao aumento da participação das atividades comerciais. “Quanto mais integrado ao mercado de produto, menor é a relação das famílias com o mercado de trabalho e vice-versa”. Já no autoconsumo não houve variações significativas (FAO/PNUD, 1992).

Gráfico 7: Distribuição de renda por atividade (%)



Fonte: FAO/PNUD (1992)

Na análise dos assentamentos em função de sua prosperidade relativa, verificou-se ser parcela referente à renda monetária (agrícola e animal) de 42,8% nos

dez assentamentos de renda mais alta, e de apenas 16,8% nos de renda mais baixa. “Esse dado demonstra que a maior integração ao mercado permite aumentar a renda de forma mais eficiente do que produzindo pouco e destinando a família a trabalhar de forma assalariada ou realizando outras atividades não agrícolas”. Frisou-se a importância da análise dos fatores que influenciaram essa diferenciação, que são múltiplos. Sublinhou-se, ainda, que as famílias dos assentamentos de maior renda dedicaram-se em 80% às atividades agropecuárias, enquanto nos de menor renda, o assalariamento chegou a 31,6% (FAO/PNUD, 1992).

Na comparação com os contextos nacional e regional, os dados de renda encontrados ganharam maior relevância analítica. Assim, comparando-os com as rendas familiares médias do Brasil e das regiões, constatou-se uma semelhança entre os valores, lembrando que nestas últimas estão incluídas as rendas de todas as classes urbanas e rurais. A renda dos assentados ultrapassou o salário ganho por um mensalista na agricultura em todas as regiões, e ficou um pouco abaixo da média dos salários agrícolas (que inclui os altos salários dos administradores), exceto na região Sul, onde ultrapassou também esta última. A viabilidade foi, oportunamente, definida em função do custo de oportunidade e, como os assentamentos permitiram que os beneficiários alcançassem “rendas superiores aos de outros trabalhadores rurais e também dos trabalhadores urbanos que se encontram em situação semelhante a que estavam antes de serem assentados” (Romeiro; Guanziroli; Palmeira, 1994), concluiu-se pela viabilidade dos assentamentos. Isso foi confirmado pelas próprias famílias, que em 90% dos casos alegaram ter melhorado suas condições de vida após o assentamento (FAO/PNUD, 1992).

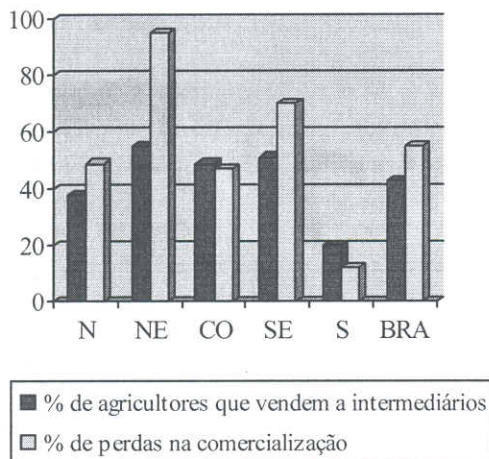
Foram encontradas grandes disparidades no interior dos assentamentos, verificando-se a existência de grupos de

renda. Assim, nas médias nacionais, aproximadamente 15% das famílias não atingiram um salário mínimo; entre um e três salários ficaram 40% das famílias; e 45% ultrapassaram os três salários mínimos. Mas no Nordeste, apenas 25,52% das famílias superaram os três salários mínimos, encontrando-se a maior parte das famílias na faixa de um a três salários, enquanto no Sul 76% obtiveram mais de três salários e apenas 5% ficaram abaixo de um salário (FAO/PNUD, 1992).

Nesse mesmo estudo (FAO/PNUD, 1992), quando o número de beneficiários estava em torno de 100.000 famílias, encontrou-se uma produção anual, por família, de 1,2 toneladas de carne bovina, 900 Kg de outras carnes, 1.200 litros de leite e 80 dúzias de ovos revelando-se a produção animal bastante significativa em termos de volume. Na safra de 1991-1992, a produção, por família, de produtos agrícolas foi de 2,4 toneladas de milho, 0,8 tonelada de feijão, 3,1 toneladas de mandioca e 1,7 tonelada de arroz, além de outros produtos. A produtividade foi inferior às médias regionais e nacionais para os principais produtos, fato que foi tributado ao relativo atraso tecnológico dos assentamentos e à sua implantação recente.

Num levantamento das perdas geradas pelos processos de intermediação, foi ressaltado o alto índice de venda de produtos a intermediários, originando significativas reduções da lucratividade. Os assentados não conseguiram alcançar sequer a média dos preços obtidos pelos outros produtores rurais da mesma região. As perdas mais significativas encontradas foram as das regiões Nordeste e Sudeste, enquanto a região Sul apresentou os menores índices. Segundo esse estudo, os assentamentos poderiam conseguir preços, em média, 58,76% maiores se vendessem em melhores condições, chegando aos casos extremos de perda da produção por ausência de canais de comercialização e de venda a preços 80% menores que os vigentes na região (FAO/PNUD, 1992).

Gráfico 8: % de venda a intermediários



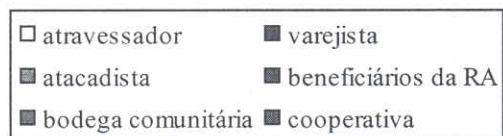
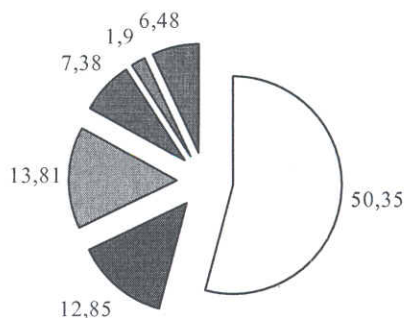
Fonte: FAO/PNUD (1992)

Com o objetivo de verificar a dinâmica do efetivo animal ao longo do ano de 1996 (INCRA/CRUB/UnB, 1996), organizou-se um formulário constituído pelas categorias estoque inicial, nascimento, compras, venda, autoconsumo e morte, para cada categoria animal. Em nível nacional, a categoria mais comum foi a das aves, destacando-se também os ovinos, os caprinos e os suínos. Regionalmente, a distribuição se apresentou semelhante. Revelou-se importante o papel dos pequenos animais na renda e no autoconsumo da família, este último superando o estoque inicial por diversas vezes. Recomendou-se cautela na interpretação desses resultados, devido ao fato de ser alto o índice de analfabetismo (97% no Ceará), o que dificultaria a memorização numérica dos assentados (Schimidt; Marinho; Rosa, 1998).

Pesquisando-se a frequência de produção em 1996, encontrou-se o milho como o produto de maior ocorrência, sendo área média plantada de 1,85 ha e a produção média de 37 sacos. No nível nacional, destacaram-se também o arroz, o feijão, a mandioca, o feijão-de-corda, o café, a cana de açúcar, e outros produtos típicos da pequena produção, como a

batata-doce, o inhame, a banana e a abóbora, entre outros. Além dos produtos de expressão nacional, nas regiões destacaram-se os produtos típicos. Na região Sul, a batata-doce, a batata inglesa, a soja, o amendoim, o fumo, a erva-mate e a cebola. Na região Norte, o abacaxi, a laranja, o feijão-de-corda, a melancia e o cupuaçu. Na região Nordeste, o feijão-de-corda, a farinha de mandioca, o inhame, o polvilho, o algodão, o caju, o coco-anão e a manga. Na região Sudeste, a cana, a mandioca, o quiabo, a laranja, o maracujá, o inhame, o mamão, o maxixe e o abacaxi. Não foi relatada a relação entre a comercialização e o consumo dos produtos agrícolas. Essa pesquisa indicou que o destino da produção era, em mais de 50% das vezes, os atravessadores. (Schimidt; Marinho; Rosa, 1998).

Gráfico 9: Destino da Produção (%)

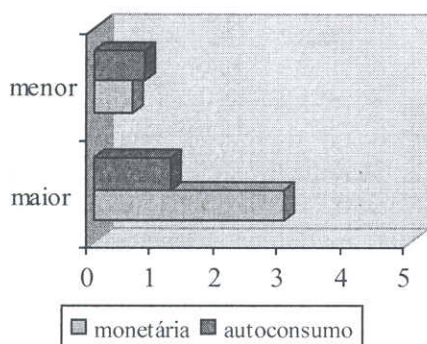


Fonte: INCRA/CRUB/UnB (1997)

Em outro estudo (INCRA/FAO, 1999), levou-se em consideração a renda monetária obtida com a produção agropecuária, o valor da produção destinada ao autoconsumo e a renda oriunda de fontes externas à unidade de produção, como aposentadoria e venda de serviços. A renda agrícola é a soma do autoconsumo à renda monetária da produção. Nos assentamentos

com maior desenvolvimento, encontrou-se significativa produção de autoconsumo, que ultrapassou o valor mensal médio de um salário mínimo, e foi bastante diversificada: arroz, feijão, milho, mandioca, ovos, leite, verduras, frutas e carnes de frango, de suíno, de bovino e de ovino. A renda monetária média foi de 3 salários mínimos por mês e variou de 0,5 a 10 salários, havendo diferenciação entre os assentados em alguns assentamentos. No Pará foi a mais baixa, indo de 0,5 a 3 salários mínimos por mês; em Goiás variou de 0,5 a 10 salários; em Santa Catarina, Bahia, São Paulo e Rondônia ficou entre 2 e 6 salários, demonstrando uma menor diferenciação. As rendas externas não tiveram grande peso, sendo mais comuns aquelas oriundas da previdência social e do assalariamento. O fraco desempenho da renda externa demonstrou que as atividades no interior do assentamento eram a ocupação central.

Gráfico 10: Renda da agropecuária nos assentamentos de menor e maior desenvolvimento, em salários mínimos



Fonte: INCRA/FAO, (1999)

Os assentamentos com menor desenvolvimento apresentaram baixas rendas agrícolas. O autoconsumo mostrou-se inferior em qualidade e quantidade, sendo menor que um salário mínimo por mês, e a renda monetária média foi de 0,6 salários mínimos por mês, variando de 0 a 2 salários dentro dos assentamentos e entre eles. Nesses assentamentos, a busca de fontes externas de renda é freqüente. Em

Santa Catarina, esse foi o caso de quase todos os assentados; na Bahia, de 60%; em Goiás, Rondônia e Minas Gerais, 20 a 30% dos assentados vendem sua força de trabalho. Segundo o estudo, tais índices poderiam indicar que esses assentamentos não haviam conseguido atender seus objetivos, visto que os assentados precisaram buscar em atividades externas o sustento das famílias. Todavia, baseando-se apenas nesses números, não é possível fazer tal afirmação, dada a possibilidade de a venda da força de trabalho ocorrer de forma eventual e complementar (INCRA/FAO,1999).

Tratando-se da diferenciação interna, relatou-se que ela ocorreu em praticamente todos os assentamentos, sendo pouco expressiva apenas nos assentamentos totalmente coletivizados. Entre os assentamentos de maior desenvolvimento, apenas o de Santa Catarina não apresentou diferenciação, devido à coletivização total da produção. No Ceará, parte da produção é coletiva e parte individual, e a diferenciação interna foi pequena. Nos demais, alguns fatores foram apontados como causas da diferenciação, como as condições do quadro natural, a presença ou não de capital inicial, a habilidade de administração e de planejamento, o uso do crédito agrícola, a dedicação e o trabalho por parte das famílias, a escolha dos sistemas de produção, a experiência anterior e a capacitação, a presença e a qualidade das estradas e as doenças na família. Todos os assentamentos de menor desenvolvimento apresentaram diferenciação interna devida, principalmente, ao quadro natural, vivendo a grande maioria dos assentados em condições precárias. Os fatores que influenciaram a diferenciação são os mesmos dos assentamentos de maior desenvolvimento, destacando-se a presença de estradas e as condições de solo e relevo (INCRA/FAO,1999).

Um outro estudo (INCRA/FAO, 2001) revelou a criação de aves, de suínos e de bovinos para a produção de leite em todos os assentamentos pesquisados, destinada tanto para o consumo próprio como para a comercialização. Nessa mesma ocasião, encontrou-se a produção de gêneros alimentícios básicos em todos os assentamentos estudados, como o arroz, o feijão, a mandioca e o milho, indicando ser importante a produção para o autoconsumo. Entretanto, a produção exclusiva para essa finalidade ocorreu em apenas 5% dos casos, e detectou-se a presença de laços permanentes com o mercado na maior parte deles, inclusive com diversos casos de produção de gêneros destinados, exclusivamente, ao comércio. A integração comercial se dava tanto com áreas vizinhas quanto, em certos casos, com mercados urbanos de grande porte.

Esse trabalho mostrou também que 58% dos assentamentos pesquisados realizava comercialização exclusivamente via atravessadores, o que tende a drenar parte substancial dos recursos gerados. Foram ressaltadas as precárias condições de acesso e de transporte, que deixam a venda aos atravessadores como única opção (INCRA/FAO, 2001).

Na análise da renda da safra 1998-1999 (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004), nas “manchas” de concentração de assentamentos (Sudeste do Pará, entorno do Distrito Federal, Sertão do Ceará, Zona Canavieira do Nordeste, Sul da Bahia e Oeste de Santa Catarina), “dada a dimensão da pesquisa e a complexidade de análise da renda na agricultura familiar” preferiu-se trabalhar com a noção de *capacidade de geração de renda* ao invés de renda monetária. Ou seja, a mensuração realizada “deve ser tomada apenas como uma aproximação, com uma série de ressalvas”. Sabe-se também que a reprodução da agricultura familiar vai além da dimensão agropecuária (que tem um peso importante) e mescla uma série

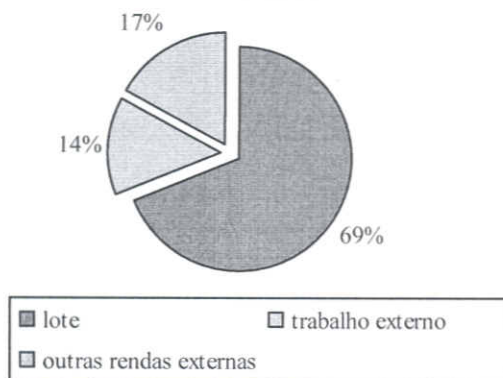
de iniciativas para a viabilização financeira. A análise da capacidade de geração de renda naquele período mostrou a importância da renda do lote em todas as áreas, como também das outras fontes de rendimento, como aposentadorias, pensões e trabalhos diversos fora do lote.

Na média geral, a renda do lote correspondeu a 69% dos rendimentos totais, os trabalhos externos responderam por 14% e 17% vieram de outras fontes de renda. As diferenças mais marcantes foram no Sertão do Ceará, onde apenas 40% do rendimento total veio do lote e quase metade de outras rendas externas; e no Oeste de Santa Catarina, onde o rendimento do lote alcançou os 80% do total e as rendas externas não alcançaram 10%. Analisando-se os valores médios mensais, encontrou-se no geral R\$312,00 (2,08 salários mínimos) de rendimento total, variando de R\$116,74 (0,78) no Sertão do Ceará a R\$438,72 (2,92) no Oeste de Santa Catarina. Observou-se que os rendimentos do lote foram menores em termos absolutos justamente nas áreas onde a sua participação no rendimento total é menor. Ou seja, em termos absolutos não há variação muito significativa nos rendimentos de trabalhos externos ou de outras rendas externas (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

No Sul da Bahia, os rendimentos agrícola e de beneficiamento tiveram maior peso (42% e 38%, respectivamente), sendo maior o índice de beneficiamento, devido à produção de farinha. Também o índice de extrativismo foi o maior da amostra, devido à extração de piaçava. O leite é a principal fonte de renda da criação animal. No Sertão do Ceará, a composição da renda foi determinada pela agricultura (57%) e pela criação animal (42%), na qual se destacou a venda de ovos. Os valores absolutos são bastante inferiores aos de outras áreas. As atividades pecuárias alcançaram quase 70% dos rendimentos no entorno do Distrito Federal, principalmente a pecuária

de leite e de corte. O restante é majoritariamente agrícola (24%) e de beneficiamento (7%). No sudeste do Pará, 62% dos rendimentos foram representados

Gráfico 11: Composição do rendimento familiar anual



Fonte: Leite; Heredia; Medeiros *et al* (2004)

pela pecuária, fundamentalmente de corte. As atividades agrícolas e de beneficiamento completaram os rendimentos com 31% e 6% do total, respectivamente. O maior valor absoluto foi alcançado pelo Oeste de Santa Catarina, devido aos valores da produção agrícola, que alcançaram 62% do total. A criação animal respondeu por 24%, e o beneficiamento por 11%. As atividades agrícolas foram a base dos rendimentos na Zona Canavieira do Nordeste, sobressaindo-se a produção de mandioca, inhame e feijão; em um assentamento de Pernambuco, 100% da renda teve origem na agricultura. As atividades pecuárias alcançaram pouco mais de 3%, destacando-se a venda de aves e ovos (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

Os rendimentos do trabalho fora do lote foram de 14% do total, na média geral, com pequenas diferenças entre as áreas. Entretanto, foram relatadas marcantes diferenças entre os assentamentos. O trabalho assalariado foi a categoria com maior participação, especialmente o rural, e o trabalho autônomo ficou com 2,5% do total.

Puderam-se notar diferenças entre as áreas, tanto nos valores totais quanto no peso relativo dos diversos tipos de trabalho. Os valores variaram de R\$17,00 no Ceará a R\$64,00 no Pará, com média de R\$44,00 mensais. O trabalho assalariado rural predominou no Sertão do Ceará, no Entorno do Distrito Federal e no Oeste de Santa Catarina, e o urbano no sul da Bahia e na Zona Canavieira. No Pará, além do assalariamento, foi relevante o peso do trabalho autônomo. Destacou-se uma possível subestimação dos rendimentos externos ao lote, frente à “tipologia agroprodutivista” predominante na lógica dos organismos oficiais responsáveis. No caso das outras rendas externas (determinadas por aposentadorias, pensões e ajudas financeiras), a renda previdenciária representou 23% do rendimento total no Ceará, e 43% na Zona Canavieira, sendo de peso fundamental nestes locais, que apresentaram os menores rendimentos brutos no lote. Constituiu-se, assim, numa garantia da manutenção das famílias nessas áreas. Em menor grau, mostrou-se também importante no Entorno do Distrito Federal, no Sul da Bahia e no Sudeste do Pará (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

Estratificando-se as famílias por níveis de renda, no geral, 40% delas ficaram na faixa de até um salário mínimo, destacando-se o Sertão do Ceará com 63% e a Zona Canavieira com 47% das famílias nessa faixa. Na faixa de um a três salários mínimos, ficaram em torno de um terço dos entrevistados, e 21% na faixa acima de três salários mínimos, variando de 2%, no Sertão do Ceará, a 40%, no Oeste de Santa Catarina. Em relação a uma linha de pobreza estabelecida em 0,5 salário mínimo *per capita*, a média geral apresentou-se praticamente idêntica (R\$ 77,00), ficando abaixo dela apenas o Sertão do Ceará e a Zona Canavieira, o que indica uma precariedade relativa na capacidade de geração de renda das

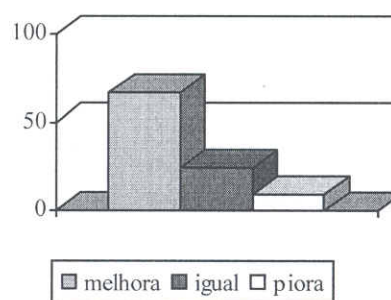
famílias dessas regiões (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

Com o objetivo de comparar a situação das famílias antes e após o assentamento, e numa opção de relativizar a quantificação de renda, buscou-se captar a forma com que os assentados vivenciaram sua nova situação e as oportunidades por ela oferecidas. Numa avaliação qualitativa dos assentados sobre o seu poder de compra, foi interessante notar uma contraposição. O Sertão do Ceará e a Zona Canavieira, com as piores colocações em relação à linha de pobreza, foram as áreas em que a melhoria do poder de compra apresentou as melhores avaliações. Ao contrário, mesmo com os melhores rendimentos médios *per capita*, o entorno do Distrito Federal apresentou uma das piores avaliações. Como colocaram Leite, Heredia, Medeiros *et al* (2004) “esses elementos só vêm confirmar o fato de que a variável renda precisa ser relativizada, ou seja, mesmo não atingindo a linha de pobreza determinada, a população de um assentamento pode estar garantindo ali mínimas condições de vida e rendimento, e com condições superiores à situação anterior ao assentamento”. No geral, cerca de dois terços dos assentados declaram melhora, 23% continuidade e somente 14% declaram redução (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

No caso das condições de moradia, 79% dos assentados consideraram que houve melhora e apenas 8% afirmaram que houve piora, com variação entre as regiões. Dois terços dos assentados afirmaram ter havido melhora nas condições de alimentação, e menos de 10% as consideraram piores. Também nesse caso as avaliações mais positivas vieram da Zona Canavieira e do Sertão do Ceará. “Nos dois casos é grande a presença de ex-moradores, que declararam que a condição de assentado lhes deu maior autonomia, repercutindo na melhor alimentação da família”. Afirmações de piora só foram relativamente importantes

no sul da Bahia (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

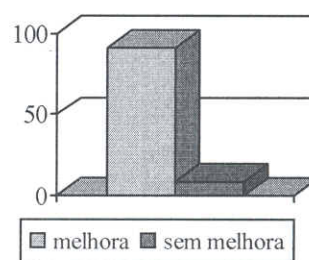
Gráfico 12: Percepção das condições de alimentação em relação ao momento anterior ao assentamento (%)



Fonte: Leite; Heredia; Medeiros *et al*(2004)

Na avaliação geral das condições de vida, 91% dos entrevistados consideraram que suas vidas melhoraram, sendo que, mais uma vez, o Sertão do Ceará e a Zona Canavieira ficaram entre os maiores índices de percepção de melhora (95% e 92%, respectivamente). Nessas regiões, os entrevistados referiram-se à “libertação” em relação aos antigos proprietários. Por fim, sobre o futuro da família, 87% consideraram que ele seria melhor (sendo 84% o menor índice, na Zona Canavieira do Nordeste), aparecendo o acesso à terra como uma perspectiva de estabilidade (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

Gráfico 13: Percepção da condição de vida após o assentamento (%)



Fonte: Leite; Heredia; Medeiros *et al*(2004)

Quanto à produção pecuária, esse mesmo estudo mostrou a criação de aves como a mais generalizada (80%), destinada principalmente para o consumo,

mas também para o comércio, como nos casos do Sudeste do Pará e do Entorno do Distrito Federal. Excetuando-se o Sul da Bahia e a Zona Canavieira, a criação de bovinos de leite e de corte também foi significativa, destacando-se o consumo de leite. A criação de caprinos e ovinos apareceu, sobretudo, no Sertão do Ceará, mas também na Zona Canavieira, sendo importantes fontes de alimento. Os suínos eram criados por boa parte dos assentados, mas apareceram pouco na venda, o que indica que foram destinadas ao consumo. A venda de gado de corte se destacou, assumindo um papel de reserva de valor para os assentados, e a valorização das parcelas através da incorporação de benfeitorias foi adotada como estratégia de acumulação, especialmente no Sudeste do Pará e no Entorno do Distrito Federal. Observou-se ser pouco expressiva a criação animal no Sul da Bahia, e no Sertão do Ceará, além das aves, destacou-se o consumo de leite e também de caprinos e suínos. No Sudeste do Pará e no Entorno do Distrito Federal a criação de gado teve importante papel na venda, e nesta última região destacou-se a criação de suínos para consumo. No Oeste de Santa Catarina predominaram as criações comerciais de aves, de bovinos de leite e de suínos. Por fim, na Zona Canavieira do Nordeste foram destacadas as criações de aves, de bovinos, de ovinos e de caprinos (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

Em análise da safra 1998-1999 (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004), notou-se a grande diversidade da produção agrícola, com um total de mais de 40 produtos. No entanto, tomados os cinco produtos com maiores frequências de plantio, de venda e de atribuição de importância por parte dos assentados, além do percentual em relação ao valor total da produção, constatou-se a predominância da “trinca milho-mandioca-feijão”, principalmente como os produtos de cultivo mais generalizado e considerado importante pelos assentados. Ressaltou-se a sua importância estratégica,

visto serem produtos que se destinam tanto ao autoconsumo quanto ao comércio. Entre os produtos nitidamente comerciais, destacaram-se o algodão, a cana-de-açúcar, o abacaxi e o fumo.

Analisando-se as manchas separadamente, algumas particularidades foram constatadas. No Sul da Bahia, a mandioca destacou-se como a produção mais freqüente, sendo o restante da produção pulverizada em vários produtos, indicando a diversidade de estratégias de assentamentos e assentados. O Sertão do Ceará apresentou uma menor diversidade, talvez devido às dificuldades ocasionadas por ser uma região de clima semi-árido, sendo o milho e o feijão predominantes com caráter duplo (venda e consumo) e o algodão, o produto comercial mais importante. O milho, o arroz, a mandioca, a cana e o feijão foram os principais produtos do Entorno do Distrito Federal, todos eles com duplo destino. O perfil pecuário desta área explicou também a importância da produção de milho e de cana, além de capim e sorgo. No Sudeste do Pará destacaram-se o milho, o arroz e a mandioca, todos com duplo destino; e a abóbora, a melancia, a banana e o feijão para alimentação, além de uma variedade de produtos para o mercado local. A cana estava voltada para a pecuária, que tem importância nesta área. No Oeste de Santa Catarina, o milho e o feijão foram os principais produtos de produção e venda, sendo também considerados os mais importantes. O milho estava ligado à criação de aves, de suínos e de gado de leite. Eram também produzidos, para consumo, a mandioca, o arroz e a batata-doce, e para comércio o fumo e a soja. Finalmente, os produtos com duplo destino destacaram-se na Zona Canavieira, como a mandioca, o milho e o feijão, seguidos pelo inhame, pela banana e pela batata. Houve também produção de gêneros para o mercado local (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004).

Quanto à comercialização, ressaltou-se que a implantação de assentamentos leva a uma diversificação produtiva e da oferta de produtos, causando repercussão nos mercados locais no sentido de um aumento da oferta de bens primários. Ainda assim, houve predomínio da venda a atravessadores em todas as regiões, com exceção do Entorno do Distrito Federal, onde predomina a venda direta. As piores situações encontradas foram as da Zona Canavieira do Nordeste e do Sudeste do Pará com 70% e 55%, respectivamente, de venda a atravessadores. A pesquisa revelou também que, tratando-se das formas de comercialização, os assentamentos podem tanto reproduzir as situações locais preexistentes, quanto criar novas possibilidades Leite; Heredia; Medeiros *et al* (2004).

Considerando a revisão e a discussão acima, fica evidente que são múltiplos os fatores que afetam a geração de renda nos assentamentos e que este indicador não pode ser absolutizado. A agricultura familiar dos assentamentos tem um complexo processo de reprodução, sendo necessários complexos instrumentos de compreensão. O fato de as avaliações mais positivas terem vindo das regiões com piores situações de renda monetária joga por terra posicionamentos economicistas e mostra o papel do assentamento na melhora das condições de vida, apontando para a necessidade de se entender, de fato, a realidade do meio rural. Os assentamentos cumpriram um papel fundamental em termos de alimentação das famílias, certamente mais precária nas situações de instabilidade da posse da terra e principalmente nos casos de assalariamento e trabalho temporário. As famílias passaram a ter uma alimentação mais rica e constante, o que é confirmado pelo fato da maior produção ser justamente de gêneros importantes na alimentação da família.

METODOLOGIA: O TODO E AS PARTES.

"... sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo como conhecer o todo, sem conhecer particularmente as partes."

Pascal, Pensée, frase nº 73,
extraído de Minayo (1992)

Objeto

O espaço sócio-histórico e geográfico definido para a realização da pesquisa foi o Assentamento Liberdade, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse assentamento está localizado no município de Periquito, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, a 15 km da sede do município. Situa-se à margem da BR 381, a 35 km da cidade de Governador Valadares. Compreende um total de aproximadamente 1000 ha de uma área que, anteriormente, pertenceu à ACESITA (Companhia Aços Especiais Itabira) e era utilizada para plantio de eucalipto e criação de gado de corte. O nome, segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Liberdade (AESCA, 2005), foi colocado para se contrapor ao nome anterior da área, fazenda Confinamento. Foi ocupada há cerca de oito anos por aproximadamente 330 famílias de trabalhadores vindas das regiões dos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

O corpo social pesquisado é a comunidade do Assentamento Liberdade, composta por 40 famílias, distribuídas em três Núcleos de Base: Chico Mendes, Maria da Penha e Che Guevara, compostos por 11, 14 e 15 famílias, respectivamente. As famílias foram legitimadas em outubro de 2004 e, apesar de já ser classificado como assentamento, a situação ainda é de acampamento. Vivem em barracos de madeira e lona e desenvolvem diversas atividades agropecuárias.

O objeto de estudo é a produção agropecuária, as condições de vida e a geração de renda no Assentamento Liberdade. Como ressaltado na Introdução, nesta pesquisa, trabalhou-se com a hipótese inicial de que a produção agropecuária e a geração de renda, possibilitadas pelo processo de acampamento e assentamento de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, cumprem um papel fundamental na estabilidade e na melhoria das condições de vida dessas famílias, tendo como objetivo geral caracterizar e analisar a produção agropecuária, a geração de renda e as condições de vida em geral das famílias assentadas, contrapondo-as às suas condições de vida nos momentos anteriores ao acampamento. A riqueza de experiências e informações proporcionada pelo processo de pesquisa, no entanto, possibilitou a incorporação de conclusões de caráter mais amplo do que aquelas buscadas de início, as quais são apresentadas ao final do trabalho.

Define-se por *acampamento* a situação social e o espaço geográfico formados por famílias Sem Terra que ocuparam determinada área rural, seja ela terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta; enfim, terras que não cumprem sua função social, como estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Morissawa, 2001). Ao realizarem tal ato, levantam um acampamento (no sentido material do termo) e criam um fato político, chamando a atenção da sociedade para a sua situação e pressionando o Estado a dar uma resposta ao problema. Essa ação torna impossível a não manifestação do Estado, seja de forma a assentar essas famílias, ou de despejá-las da área ocupada.

Por *assentamento* de Reforma Agrária entende-se a alocação, por parte do Estado, de famílias Sem Terra em áreas que não cumprem a função social, como forma de se reordenar o uso da terra, criando para essas famílias a oportunidade de iniciar um desenvolvimento produtivo e alcançar condições dignas de vida.

Marco Teórico e Pressupostos.

Trata-se de um estudo caráter predominantemente qualitativo e que fornece evidências para o entendimento do processo de acampamento e assentamento de famílias de trabalhadores Sem Terra, partindo do pressuposto de que as relações sociais obedecem a regras estruturais recorrentes, e que a observação de um pequeno universo concede ao pesquisador a possibilidade de reconstituir, em ponto menor, processos que se verificam no nível mais amplo em um universo determinado, levando-se em consideração as particularidades locais (Vasconcelos, 1998).

Para se atingir os objetivos, procurou-se adotar um olhar amplo e integrador, tendo como princípios a especificidade histórica e a totalidade; e como critérios, a complexidade e a diferenciação. Assim, foram levadas em conta as relações entre o indivíduo e a sociedade, entre as idéias e sua base material, entre a realidade e sua compreensão pela ciência (Minayo, 1992). “É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo (...) a conexão entre estrutura social, política e produção.” (Marx, 1984, citado por Minayo, 1992).

O ponto de partida é o pressuposto de que cada parte da realidade é condicionada por um conjunto de fatores ecológicos, sociais, econômicos, culturais, técnicos, políticos e históricos (Astudillo, 1984; Contreras, 2000); por conseguinte, o marco de interpretação encontra-se na Epidemiologia Social, com seus instrumentos metodológicos e de análise vindos das ciências sociais, biológicas e exatas, em exercício de transdisciplinaridade. Por fim, entende-se o processo de pesquisa como a busca de elementos para a interpretação de uma determinada realidade ou parte dela.

Instrumentos Metodológicos de Pesquisa e de Interpretação.

Foram realizadas entrevistas não-estruturadas com 10 famílias da comunidade do Assentamento Liberdade, totalizando 19 pessoas. Foram abordadas questões relativas à produção agropecuária, à geração de renda e à história e condições de vida, levando-se em consideração tanto a realidade atual quanto a das épocas anteriores ao acampamento. Além destas, foram realizadas entrevistas não-estruturadas com duas destas famílias sobre o histórico de ocupação da área, sendo essas últimas tidas, na comunidade, como referência para tanto.

A observação participante foi também utilizada, durante um período de dez meses, como meio de apreensão e interpretação da realidade. Esse instrumento metodológico foi utilizado na forma de convívio de uma semana a cada mês no Assentamento, sendo realizadas estadias em diferentes moradias, acompanhamento do trabalho diário dos assentados, conversas informais, participação em reuniões e comemorações, visitas aos diferentes ambientes de criação animal e de lavoura, assim como a todo o espaço geográfico do Assentamento e participação em manifestações. Deste rol de experiências, os fatos e dados apreendidos foram anotados para posterior análise.

Esses instrumentos metodológicos foram escolhidos e aplicados tendo como base o trabalho de Minayo (1992).

Delineamento.

O estudo, em suma, foi composto das seguintes partes:

- Registro e análise dos mecanismos de geração de renda proporcionados pela produção agropecuária no ano de 2005, assim como de outras fontes de renda, como trabalhos externos e benefícios governamentais, levando-se em conta o

destino da produção – consumo ou comercialização, e tendo como referências os trabalhos de Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004; Schmidt; Marinho; Rosa, 1998; FAO/PNUD, 1992 e INCRA/FAO, 1999.

- Composição e análise da geração de renda, com determinação dos valores relativos de cada uma das fontes. É importante observar que, como a produção para autoconsumo é parte fundamental da reprodução da agricultura familiar e difere radicalmente os trabalhadores rurais e urbanos, para a execução dessa etapa do trabalho foi levada em conta a renda de autoconsumo;

- Registro e análise das atuais condições de vida das famílias acampadas, sob aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais – saúde, educação, infra-estrutura, relações institucionais, organização política, organização da produção, origem, objetivos e expectativas, entre outros;

- Levantamento da história de vida de cada um dos entrevistados;

- Contraposição entre as condições de vida atuais e aquelas dos momentos anteriores ao acampamento e análise das mudanças nas condições de vida das famílias como consequência do processo de acampamento e assentamento;

- Interpretação sócio-histórica da realidade estudada;

- Análise global da produção agropecuária, da geração de renda e das condições de vida das famílias, numa opção de relativização da renda (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004), para que se concretizasse a perspectiva ampla e integradora proposta.

INTERPRETANDO RESULTADOS E DANDO VOZ AOS ATORES SOCIAIS.

Histórico de ocupação.

A interpretação que se apresenta aqui se baseia nas entrevistas com as famílias (EH1 e EH2), em relatos de integrantes do Movimento que participaram dos acontecimentos descritos abaixo e nas informações constantes no Plano de Desenvolvimento do Assentamento Liberdade (AESCA, 2005).

Em 10 de março de 1998, às 02h45min, cerca de 330 famílias, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocuparam a fazenda Confinamento, de propriedade da ACESITA (Companhia Aços Especiais Itabira) e localizada no município de Periquito, no Vale do Rio Doce. Ao acampamento foi dado o nome de Liberdade. “Quebramos o cadeado com uma marreta, um momento que eu nunca tinha participado, seja o que Deus quiser” (EH1). Acamparam à margem do Rio Corrente, que passa por um dos limites da área, e iniciaram o trabalho coletivo de preparo do solo. Esse trabalho se dava por meio de roçado, não havendo utilização de fogo. Assim, estabeleceram as primeiras lavouras.

No dia 7 de abril, inauguraram a escola do Acampamento e no dia seguinte as famílias foram despejadas da área pela primeira vez, sendo as lavouras e hortas destruídas por máquinas da ACESITA. Nessa ocasião, houve desistência de muitas famílias, que abandonaram o Acampamento. Teve início um período de aproximadamente 10 meses em que as famílias ficaram acampadas à margem da BR 381.

A reocupação foi realizada por cerca de 150 famílias no dia 13 de fevereiro de 1999. Desta vez, as famílias acamparam em outro local, próximo à sede da fazenda. “Na época, a repressão, a perseguição e a fome eram intensas, o que levava à desistência de

muitas famílias” (AESCA, 2005). Novamente, quando já haviam iniciado hortas e plantações, veio uma liminar de reintegração de posse, em meados de abril de 1999. Para evitar confrontos com a polícia, as famílias saíram da área e foram, mais uma vez, para a margem da BR 381. Os policiais militares haviam destruído os barracos da beira da pista e vigiavam para que novos não fossem erguidos, o que aconteceu mesmo assim, durante a madrugada. Nessa ocasião, mais famílias se desiludiram e abandonaram o Acampamento. Nessa época, teve lugar um conflito interno que resultou na saída de cerca de 30 famílias que não mais se alinhavam ao MST, devido a divergências de princípios organizativos.

Durante o ano de 1999, o apoio da sociedade do Vale do Aço foi fundamental para a resistência do Acampamento. As famílias receberam doações de alimentos, roupas e calçados, organizadas pela Igreja Católica, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pelos governos municipais de Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's). “Gente igual à gente, que cortava meio sabão para dar, ou uma xícara de açúcar” (EH1).

No início do ano de 2000, novamente a área foi reocupada pelas famílias. Como a negociação entre o INCRA e a ACESITA encontrava-se parada, os trabalhadores ocuparam, no final do ano, o escritório da empresa, localizado no município de Timóteo. Nessa ocasião, um comandante da polícia militar ameaçou repetir o episódio de Eldorado dos Carajás (PA), quando 19 trabalhadores Sem Terra foram assassinados pela polícia. Houve uma mobilização da sociedade local e as famílias, apoiadas por membros da Igreja Católica, fizeram uma panfletagem nas ruas da cidade sobre a ameaça e sobre o que havia acontecido, no passado, na área reivindicada para o assentamento. De lá, muitas famílias haviam sido expulsas com violência, tendo suas casas e paióis

queimados, durante o processo de grilagem de terras públicas, ocorrido a partir dos anos 50 do século passado.

Mais uma liminar de reintegração de posse foi, então, expedida e o despejo foi marcado para 14 de fevereiro de 2001. Desta vez, as famílias decidiram não deixar a área. Os prefeitos de Governador Valadares, Periquito e Ipatinga, além de um vereador e de representantes do Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER), interferiram para pressionar a realização da negociação. No dia 12 de fevereiro, em negociação entre representantes do MST, do INCRA e da ACESITA, foi decidido que a empresa venderia 1.000 ha para o INCRA, com um prazo de dois anos para a retirada do eucalipto. Estavam no Acampamento, então, 110 famílias, número incompatível com a capacidade da área adquirida. Então, estabeleceu-se um processo interno de seleção das 40 famílias que seriam assentadas. As famílias excedentes permaneceram no Acampamento até que outras áreas fossem negociadas pelo INCRA para o seu assentamento. Essas famílias acabaram por ser assentadas no município de Resplendor, também no Vale do Rio Doce.

Em março de 2006 será comemorado na comunidade o 8º aniversário de acampamento.

A produção agropecuária no Assentamento Liberdade.

A produção agropecuária encontrada na comunidade, através das entrevistas e da observação participante, é claramente direcionada ao autoconsumo, ou seja, produtos tanto para o consumo direto, quanto para alimentação dos animais, o que gera, indiretamente, alimentos para a família. A garantia do autoconsumo é parte fundamental da reprodução da agricultura familiar, sendo comprados apenas os produtos que, por algum motivo, não são

gerados pela força de trabalho familiar. É indispensável observar que, em quase sua totalidade, trata-se de produtos de duplo destino, ou seja, aqueles que atendem ao autoconsumo e, ao mesmo tempo, se prestam à comercialização. No caso da comunidade pesquisada, a maior parte da comercialização se restringe a um pequeno número de produtos, principalmente a mandioca e o milho, comercializados por ocasião de sua colheita. Além desses, apenas para mais dois produtos foi observado um processo de comercialização regular. O leite é entregue regularmente a um laticínio por uma das famílias; e dentro do Assentamento e em seus arredores por diversas delas. As hortaliças são comercializadas semanalmente, em uma comunidade próxima, por duas famílias. A banana, o leite, os frangos, os ovos e os suínos têm seus excedentes comercializados em caráter eventual. Não há comércio de grãos, excetuando-se o milho, sendo a produção de arroz e de feijão quase que integralmente consumida pelas famílias. Elas realizam as vendas de seus produtos somente após garantido o autoconsumo, sendo consumida grande parte dos produtos. Ou seja, a comercialização limita-se ao excedente de produção e não há produção exclusiva para o comércio, ao que se poderia fazer a ressalva de que a mandioca é, em sua maior parte, comercializada.

No campo da agricultura são produzidos: milho, mandioca, feijão, fava, alho, urucum, abóbora, amendoim, hortaliças, arroz, banana, batata, cana, quiabo, batata-doce, inhame e inúmeras espécies frutíferas, como manga, mamão, limão, laranja, graviola, melancia, amora, coco, maracujá, abacaxi e abacate. Na pecuária, estão presentes as criações de suínos, de galinhas para ovos e carne, de bovinos para leite e corte e eqüídeos para trabalho, principalmente, mas também são criados patos, gansos, peixes e perus.

Entre as técnicas e práticas empregadas pelas famílias na produção agrícola, a referência à utilização de meios ou insumos externos é pequena. Ocorre utilização de trator para preparação da terra, isso ocorrendo em caráter parcial, seja devido a uma escolha dos assentados, ou à sua limitação financeira. Ocorre o uso de irrigação de feijão e hortaliças por um grupo de famílias. Finalmente, há um uso generalizado de formicida comercial. O processo de produção agrícola se dá, em grande parte, utilizando-se a terra, a força de trabalho e os instrumentos próprios dos assentados, como foices e enxadas. Ou seja, praticamente não há uso ou interferência de insumos externos no processo de produção. Isso equivale a dizer que as famílias alcançam seus resultados produtivos tendo por base seu esforço, o uso da força de trabalho para si e, ainda, um importante componente: o conhecimento popular, os saberes tradicionais.

Assim, a preparação da terra para plantio é feita com a enxada e, parcialmente, com trator alugado. “Na enxada é melhor”, disse um assentado (E7), “caí na besteira de arar”, disse outra (E9). Essa percepção se deve, segundo eles, ao fato de que as plantas nascidas em terra arada, ainda que possam apresentar maior produção, têm uma pequena resistência ao vento e ao sol, quando comparadas às plantas nascidas em terra preparada com enxada. Uma das famílias pesquisadas relatou o uso de fogo (E1). Foram observados vestígios da utilização de fogo em alguns locais, mas não há uso generalizado desta prática, aliás, condenada pelo MST.

As sementes utilizadas são, em sua quase totalidade, guardadas da produção do ano anterior, como relataram todas as famílias entrevistadas. São as sementes “crioulas” (E2, E4) ou “de paiol” (E1, E7, E9), mais rústicas, adaptadas e independentes de adubos e herbicidas químicos do que as sementes comerciais,

além de tornarem possível o plantio anual sem compra, ao contrário das sementes híbridas. A conservação dessas variedades constitui uma proteção contra a erosão genética, a degeneração cultural e a dependência econômica, além de ser um fator de resistência camponesa, pois ser dono da própria semente é a garantia de poder plantar. Não há compra de sementes, com exceção das de hortaliças, compradas na maior parte das vezes, e de uma referência a compra de sementes de feijão (E1). O plantio é feito de forma manual ou com plantadeira manual (matraca), sendo prática muito comum a consorciação de milho, mandioca e abóbora. A limpeza de manutenção das lavouras se realiza com a utilização de enxada e foice (capina), não havendo referência ao uso de venenos no controle de plantas invasoras. Pelo contrário, o não uso de produtos químicos é referido orgulhosamente (E7, E9, E10), e é um fato importante para o Movimento, que incentiva essa prática. Porém, como já foi colocado, no controle de formigas ocorre o uso de formicida comercial.

O armazenamento, no caso dos grãos, é feito para os produtos destinados ao autoconsumo, o que, como já exposto, equivale à quase totalidade da produção. Sete famílias pesquisadas possuem paiol, onde é armazenado, principalmente, o milho. O arroz e o feijão são armazenados em sacos no paiol ou dentro das casas. As famílias que não possuem local próprio para armazenamento do milho, o fazem dentro das casas, ou deixam na própria área da lavoura. Foram relatados meios tanto químicos quanto não químicos de conservação dos grãos e sementes. Os químicos são um caso de colocação de cal (E2) e um de bolfo (E9) no milho. Os não químicos, mais comuns, são o armazenamento em garrafas de plástico descartáveis e a colocação de terra de formigueiro no feijão, além da escolha da lua minguante para plantar e colher, como forma de as plantas adquirirem maior

resistência. Essas práticas revelam a preservação de elementos do saber popular.

Tab2: Técnicas e práticas mais comuns empregadas pelas famílias na produção agrícola

Preparação da terra	Manual/Trator
Semente	“Crioulas”
Plantio	Manual/Matraca
Limpeza/Controle de Pragas	Manual/Formicida
Armazenamento de Grãos e Sementes	Paiol/Casa
Conservação dos Grãos e Sementes	Não químicos

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Uma série de dificuldades foi apontada pelas famílias, no que diz respeito à produção agrícola. Foram indicados a ferrugem, o amarelamento e o aparecimento de manchas no feijão; dentre as pragas, a formiga, a mais presente, indicada como problema por todas as famílias e que, provavelmente mantém relação com o fato de ser uma área que era usada para monocultura de eucalipto; besouro, lagartas e lesmas no feijão; lagartas na mandioca; besouros e lagartas no milho; e lagartas e pulgões nas hortaliças. A maior parte desses problemas não é combatida, à exceção do uso generalizado de formicida comercial e do combate às pragas das hortaliças, feito com água adicionada de cloro e sabão, relatado em uma entrevista (E9).

Ainda com relação aos problemas da produção agrícola, também foi relatada a perda de parcelas variáveis da produção devido a enchentes e ao consumo por capivaras. Por todas as famílias foi dito que a área não se presta à produção de feijão na estação das águas e que, nessa época, ele cresce muito e dá muitas folhas, mas não produz grãos (“viça”). Dois assentados atribuíram esse fato à utilização massiva de adubação química pela empresa no cultivo do eucalipto, praticada no período anterior à ocupação da terra pelas famílias (E6, E7). A impossibilidade de beneficiamento dos produtos, como a fabricação de farinha de

mandioca e a trituração de milho, em grandes quantidades, para fornecimento aos animais, também aparece nos relatos. Finalmente, a dificuldade de comercialização dos produtos, devida aos baixos preços e à impossibilidade de escoamento, foi apontada como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento produtivo.

Por meio da observação, pode-se constatar, efetivamente, que a dificuldade de comercialização é, talvez, o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e produtivo do Assentamento no atual momento. Os gêneros alimentícios básicos possuem, via de regra, baixos preços. Apesar de estar situado à margem da BR 381, a ausência de meios de transporte dos produtos, sejam eles próprios ou parte de um programa público, determina uma impossibilidade de escoamento da produção. Existem casos de transporte de produtos em carroças para comercialização em comunidades próximas, e também em bagageiros de ônibus. No geral, a venda fica restrita aos casos de pessoas que vão ao Assentamento à procura de determinado produto. Essa situação funciona como um fator restritivo à produção e leva à venda, a baixos preços, para atravessadores, como é o caso da mandioca, ou para fazendeiros vizinhos, caso do milho. A gestão individual do processo produtivo é um fator agravante, tendo como um de seus reflexos sobre a comercialização, a drástica redução do poder de negociação.

A comercialização da produção através de atravessadores e as perdas econômicas dela decorrentes foram reincidentemente descritas e analisadas nos estudos de Leite; Heredia; Medeiros *et al* (2004), INCRA/CRUB/UnB (1997), FAO/PNUD (1992) e INCRA/FAO, 2001.

Quanto às técnicas e práticas empregadas na produção animal, a utilização de insumos externos é mais presente, se comparada ao caso da produção

agrícola. Todas as famílias entrevistadas relataram o uso de medicamentos comerciais, principalmente na criação de bovinos, mas também nas de suínos e galinhas. Além dos medicamentos, ocorre a utilização de sal comum na alimentação dos bovinos e houve um relato de utilização de sal mineral. Os animais são, na absoluta maioria das vezes, “caipiras” e “pés-duros”, animais mestiços (sem raça definida) que não sofreram seleção genética comercial e que são, portanto, mais rústicos. Aqui se faz necessário colocar parênteses para ressaltar que, mesmo sendo necessária a seleção genética no sentido de um incremento na produtividade, animais rústicos estão muito melhor adaptados às condições climáticas da maior parte do território brasileiro. Sua criação requer menores investimentos financeiros, o que faz com que seja indicada para os produtores de pequena escala. Entre estes últimos, começa a cair por terra o mito da criação de animais de genética européia, cujos maiores índices de produção podem ser facilmente anulados pelos maiores gastos necessários à sua criação. A exceção é a criação de suínos de genética européia por parte de algumas famílias. Os animais da comunidade foram adquiridos no próprio Assentamento ou na região e, por vezes, trazidos com as famílias dos locais onde elas se encontravam antes da ocupação.

Em relação ao manejo e às instalações, os bovinos e eqüídeos são criados a pasto, e ocorre fornecimento de sal comum em muitos casos. Houve um relato de fornecimento de milho, um de fornecimento de sal mineral durante a estação das secas e um de fornecimento de ração à base de cana e capim, praticado por uma família que possui triturador. O gado consome água diretamente nas lagoas existentes no Assentamento e também no Rio Corrente, além de água proveniente da cisterna da comunidade, quando estão em um dos currais. A tirada de leite é feita nos currais, apenas uma vez ao dia, havendo um relato de tirada realizada no pasto (E1). Ocorre o

aproveitamento de dejetos de bovinos para adubação de hortas.

Tab3: Técnicas e práticas mais comuns empregadas pelas famílias na criação de bovinos

Raças	Sem Raça Definida
Água	Cursos d'água/Cisterna
Alimentação	Pasto
Instalações	Currais
Prevenção e Combate de Doenças	Medicamentos comerciais
Dejetos	Adubação de hortaliças

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Os suínos são criados em chiqueiros de madeira, havendo um caso de criação com o animal preso a uma corda. Sua alimentação consiste de milho, mandioca, abóbora, ramos, soro de leite, banana e lavagem. A água consumida por eles vem da cisterna da comunidade e não há aproveitamento de seus dejetos. As galinhas são criadas soltas ou em galinheiros de madeira ou bambu. Nas palavras dos assentados, “solta é melhor” (E1) e “galinha presa fica imuquecada”⁴ (E4). Existe a percepção generalizada de que há um melhor desenvolvimento e produção das aves criadas soltas, percepção essa que possui fundamento. Soltas, elas têm uma alimentação mais diversificada, composta por insetos e vegetais, além do milho, o que possibilita um incremento na ingestão de proteínas e fibras. São alimentadas com milho, ramos, mandioca e banana. As aves também consomem água proveniente da cisterna e o esterco resultante de seus dejetos é utilizado como adubo para as hortaliças.

⁴ *Imuquecada* no sentido de fraca, feia, doente.

Tab4: Técnicas e práticas mais comuns empregadas pelas famílias na criação de suínos

Raças	Caipiras
Água	Cisterna
Alimentação	Milho, mandioca, abóbora, ramos, soro de leite, banana e lavagem
Instalações	Chiqueiros
Prevenção e Combate de Doenças	Ausente
Dejetos	Sem aproveitamento

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Tab5: Técnicas e práticas mais comuns empregadas na criação de galinhas

Raças	Caipiras
Água	Cisterna
Alimentação	Milho, ramos, mandioca e banana
Instalações	Galinheiros
Prevenção e Combate de Doenças	Medicamentos comerciais e não comerciais
Dejetos	Adubação de hortaliças

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Os problemas referentes à produção animal referidos pelas famílias e constatados pela observação são, como no caso da produção agrícola, de diferentes ordens. Nos bovinos, foram relatados a morte de bezerras, o aborto, a diarreia, os traumatismos, a “figueira” (papilomatose) e a infestação por carrapatos e por mosca-do-chifre. A criação de bovinos é aquela na qual a utilização de medicamentos comerciais ocorre com maior regularidade, por todas as famílias pesquisadas. Há também relatos de utilização de alho na alimentação como forma de combate às doenças respiratórias e de aplicação de benzocreol, de gasolina e de sangue para combater a papilomatose, além de se pendurar uma peça de couro no pescoço do animal afetado.

Na criação de suínos ocorre anorexia, emagrecimento (principalmente em porcas prenhas e recém-paridas), prostração,

incoordenação dos membros posteriores e morte de leitões. No caso dos suínos também foi relatada a utilização de medicamentos comerciais, ainda que em caráter raro. Na criação de galinhas, os problemas de ordem sanitária são: “caroço” (Bouba), “pescoço caído” (Newcastle), afecções respiratórias, morte súbita e diarreia, sendo as três primeiras as de maior frequência nos relatos e na observação. São utilizados medicamentos comerciais e não comerciais. Entre esses últimos estão mais exemplos de práticas baseadas na cultura popular do campo: o limão, no combate à bouba; o pau d’alho e o alho frito, no combate às afecções respiratórias; e uma planta denominada de terramicina, utilizada no combate às doenças em geral.

Tab6: Problemas relatados pelas famílias com relação à saúde animal

Espécie	Problemas
Bovinos	Morte de bezerras, aborto, diarreia, traumatismos, papilomatose e infestação por carrapatos e mosca-do-chifre
Suínos	Anorexia, emagrecimento (principalmente em porcas prenhas e recém-paridas), prostração, incoordenação dos membros posteriores e morte de leitões
Galinhas	Bouba, Newcastle, afecções respiratórias, morte súbita e diarreia

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Excetuando-se a criação de bovinos, em nenhuma das atividades pecuárias foi relatado o uso de esquemas de vacinação.

Os dados referentes à produção agropecuária do Assentamento Liberdade, no que diz respeito à importância do autoconsumo, aos tipos de produtos e às técnicas empregadas são condizentes com os extensos trabalhos descritos por Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004; Schmidt; Marinho; Rosa, 1998; FAO/PNUD, 1992, INCRA/FAO, 1999 e INCRA/FAO, 2001.

Do que foi exposto, pode-se observar que as doenças animais citadas pelas famílias e observadas são típicas da pequena produção nos moldes tradicionais. As raízes desse fato podem ser encontradas fazendo-se uma interpretação desta realidade à luz da teoria social do processo saúde-doença (Contreras, 2000), segundo a qual o modo de produção, a organização da produção, as relações sociais e as condições de vida da população são determinantes da dinâmica de tal processo. O caso do Assentamento Liberdade, interpretado partindo-se do pressuposto de que a realidade é condicionada por um conjunto de fatores ecológicos, sociais, econômicos, culturais, técnicos, políticos e históricos (Astudillo, 1984; Loyola, 2000), coloca luz sobre as atuais condições de produção e de vida em geral dessa comunidade. Nas condições materiais de existência, na organização da produção, nos fatores ambientais, na cultura popular, nas condições de acesso às melhorias técnicas, no histórico das políticas públicas para os setores agrário e agropecuário, na capacidade de organização e reivindicação dos direitos, assim como na trajetória histórica dessas famílias e dos camponeses e trabalhadores rurais brasileiros é que deve ser buscada essa explicação.

No campo do processo saúde-doença, pode-se fazer um paralelo com a assertiva que fizeram Almeida Filho e Rouquayrol (1992) para a saúde pública, segundo a qual as condições de vida da grande maioria da população do Brasil e dos países de realidades sócio-econômica e política similares, determinam uma alta prevalência de doenças facilmente evitáveis e a dificuldade de acesso ao serviço de saúde. No espaço rural brasileiro, em geral, e do Assentamento Liberdade, em particular, a realidade da produção animal está também marcada por uma alta prevalência de doenças animais facilmente evitáveis e pela dificuldade de acesso ao serviço de assistência técnica.

É importante ressaltar que, quando comparadas as listagens de produção e as de alimentação humana e animal, pode-se constatar que praticamente todos os produtos consumidos pela família e seus animais são provenientes do trabalho dos assentados. Esse fato revela, conclusivamente, a importância do acesso à terra como meio de garantia de segurança alimentar, de estabilidade e independência pessoais, de liberdade de escolha dos rumos da produção e da vida em geral, assim como de independência econômica. Essas características são reveladas pelas palavras “de tudo tira o do consumo” (E5), “só comprar o que não produz” (E9), “o que colhe é nosso, não tem que dividir” (E1), “mesmo na lona, é melhor que nas garras de fazendeiro ou embaixo da ponte”, “ninguém impede de plantar” (E8) e “aqui o trabalho é nosso” (E10). Como ressaltou Norder (1998), “... nos assentamentos rurais, não há dissociação espacial entre o local de produção e o de consumo, o trabalho e a moradia. Isso potencializa a capacidade deste segmento social para a produção interna de uma alimentação adequada voltada para o consumo do grupo doméstico”.

A gestão e o trabalho se dão de forma individual e em cada unidade familiar ocorre o emprego quase exclusivo da força de trabalho da própria família. As exceções se dão nos casos de contratação paga por dia, normalmente de pessoas do próprio Assentamento, pelas famílias pequenas ou nos momentos de maior volume de trabalho (como o plantio e a colheita), e nos casos de troca-de-dia, relação entre famílias caracterizada pelo trabalho conjunto na terra de uma família, retribuído da mesma forma. A troca-de-dia é um elemento da cultura popular rural tradicional, como analisado por Cândido (2001). A existência de um grupo de troca-de-dia e os mutirões para realização de alguma tarefa comunitária, por exemplo, a limpeza do Assentamento ou a construção de cercas,

são as únicas formas de trabalho cooperado e, mesmo assim, raras. Ocorre, segundo os relatos, com cada vez menor frequência, a venda da força de trabalho, dentro ou fora do Assentamento, com o objetivo de se auferir renda monetária para aquisição de alimento e objetos não produzidos pela família.

A existência de assalariamento entre membros da comunidade é denotativa da ocorrência de diferenciação econômica interna, o que pode se dever a variados motivos. No presente caso, em concordância com um dos estudos do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (1999), podem ser citadas as diferenças de acumulação anterior e de administração, como mostra uma comparação entre duas das famílias pesquisadas. Em ambas é o homem quem administra a produção. Um, filho de proletários rurais, fez-se também proletário e assim o foi até a entrada para o MST. O outro é filho de pequenos produtores proprietários, e nas terras dos pais viveu até o estabelecimento do Acampamento Liberdade. Do que pôde ser apreendido das entrevistas e da observação, ficam claras as diferenças entre as famílias dos dois assentados, no que se refere aos aspectos apontados acima. Esse fato se comprova pela diferença em suas condições de vida, relativamente precárias no primeiro, em comparação com o segundo.

Do que foi até aqui exposto e discutido, pode-se apreender que a produção agropecuária no Assentamento Liberdade se dá através de práticas, técnicas, atitudes e reflexões próprias do saber popular. Esse processo tem um caráter complexo, repleto de simbologia e referências, como também são complexas as realidades produtiva, econômica e social da agricultura familiar. Todos os assentados têm origem rural e, dessa origem, trazem suas referências culturais. Isso representa preservação e uma afirmação da cultura ligada ao campo, concretizada nas formas de se plantar,

colher e criar animais, e um passo em direção à independência econômica, devido à pequena utilização de meios e insumos externos. Essas práticas representam a preservação de elementos do saber popular e a resistência cultural frente à imposição de um modelo tecnológico estranho à realidade da agricultura familiar. O uso quase exclusivo de força de trabalho própria é significativo de sucesso em se garantir a produção com o trabalho da família. Os grãos, as verduras e legumes, o leite, a carne, os ovos, enfim, tudo o que se apresenta como produto final deve levar a uma reflexão sobre todo o processo produtivo, seus pressupostos, meios e fins, e deve ser encarado como a materialização do uso da força de trabalho em benefício próprio, da apropriação do corpo e de sua energia, em contraposição a uma realidade anterior em que tinham sua força de trabalho expropriada.

Obviamente, essas tradicionais maneiras de se produzir, tendo como base as referências culturais comentadas, podem levar a uma série de problemas a elas relacionados, sejam eles de ordem sanitária, econômica, organizativa ou administrativa. Aqui se destaca o papel particularmente importante do veterinário, como mediador de formas de se minimizar tais problemas, elevando a qualidade de vida e o potencial de geração de renda da população assentada. Essa população é capaz de absorver as recomendações técnicas e, em sua grande parte, tem essa intenção. Porém, há que se refletir sobre a natureza da intervenção a ser realizada. É absolutamente necessária uma postura de respeito ao saber não acadêmico e às diferentes manifestações sócio-culturais existentes no meio rural, como forma de se apreender as reais demandas e possibilidades da população assentada.

As condições de vida das famílias do Assentamento.

A alimentação do dia-a-dia, referida pelas famílias pesquisadas e constatada pela observação, é composta por arroz, feijão, abóbora, farinha de mandioca, quiabo, batata, mandioca, banana, macarrão, angu, hortaliças, café, ovos, leite, carne de frango e de porco. Nas palavras de uma assentada, “coisas daqui” (E5). A observação dessa listagem mostra que, para todos os itens citados, existe produção interna, exceto o café e o macarrão. Como já foi refletido, ocorre a garantia do autoconsumo, sendo comprados apenas os produtos que não são gerados pela força de trabalho familiar, como é próprio da agricultura familiar e é a intenção dessas famílias. “Vou comprar pouco esse ano”, “não dá conta da fatura”, disse um assentado (E5). A população de animais domésticos, composta por cães e gatos, é alimentada com abóbora, mandioca, angu e sobras de comida.

Tab7: Composição da alimentação humana e dos animais domésticos (cães e gatos)

Alimentação Humana	Alimentação dos Animais Domésticos
arroz, feijão, farinha de mandioca, quiabo, batata, mandioca, banana, macarrão, angu, hortaliças, café, ovos, leite, carne de frango e de porco	abóbora, mandioca, angu e sobras de comida.

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

A água consumida pela comunidade vem de uma única cisterna chegando, via bomba elétrica, a uma caixa geral de distribuição. Há reclamações de que a quantidade de água, assim como a sua pressão, não é suficiente para um uso em quantidade satisfatória por todas as famílias. Existe no Assentamento um poço artesiano construído pela prefeitura de

Periquito; porém, as famílias não utilizam sua água porque, segundo elas, tem gosto ruim e mancha as roupas e as mãos. Além disso, inexplicavelmente, a caixa d'água desse poço foi colocada no nível do solo, o que impede a sua utilização por falta de pressão. Os dejetos humanos são lançados em fossas secas por cinco das famílias pesquisadas; em fossas sépticas, por três; e ao ar livre, “no mato”, por duas (E1, E8). Não existe serviço público de coleta de lixo, sendo ele, em sua maior parte, queimado ou vendido, como é o caso das embalagens e outros objetos de metal. Uma família relatou enterrar as embalagens de vidro (E7) e houve um relato de aproveitamento dos resíduos orgânicos da limpeza do quintal (E10) para adubação de bananeiras.

As condições do consumo de água e do destino dos dejetos apresentam-se precárias devido às condições das famílias e à precariedade geral do meio rural brasileiro. A cisterna é uma forma de captação de água indicada para a zona rural; porém, por tratar-se de lençol freático, existe, em relação aos lençóis artesianos, um maior risco de contaminação. Não existindo sistemas de captação e tratamento de dejetos, as fossas sépticas apresentam-se como uma opção possível. O maior problema está em sua localização, pois há possibilidade de que haja contaminação de lençóis e cursos d'água, o que não parece ser um problema na situação pesquisada. Nesse ponto é importante dizer que, no Assentamento Liberdade, é preocupante a atual distribuição espacial relativa dos chiqueiros, das fossas, de um dos currais, da cisterna e das hortas. Em certos casos, as hortas estão muito próximas às fossas e/ou aos chiqueiros, trazendo risco de contaminação para os alimentos nelas produzidos. A cisterna fica próxima a um dos currais e a algumas casas e seus chiqueiros, o que traz risco de contaminação para a água de consumo. Efetivamente, uma análise dessa água

realizada recentemente indicou que ela está fora dos padrões de potabilidade.

Tab8: Condições atuais de saneamento

Procedência da água	Cisterna
Destino dos dejetos	Fossas secas, fossas sépticas e ao ar livre
Destino do lixo	Queimado e/ou vendido

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Em relação às suas condições de saúde pessoais, as famílias apontaram como problemas, com maior frequência, as gripes, mas também agravos de pressão sanguínea, pneumonia, afecções dermatológicas e alérgicas, dores de cabeça, fraqueza, anemia, reumatismo, diarréias, tosses e problemas vesiculares. Existe uma horta medicinal comunitária e algumas famílias cultivam plantas medicinais em suas hortas domésticas. Elas têm o hábito de utilizar medicamentos naturais e simpatias, raramente procurando por assistência médica. O uso dessas práticas revela, mais uma vez, uma afirmação da cultura do campo. “Trata aqui mesmo”, nas palavras de uma família (E8). A procura da solução dos problemas de saúde no “mato” (E1, E2, E5, E6, E7, E9, E10) e nas simpatias (E4) mostra a permanência de referências da cultura popular do meio rural, onde essas pessoas têm sua origem.

A assistência pública primária à saúde da comunidade se faz por meio de um posto de saúde na sede do município de Periquito, distante cerca de 15 km do Assentamento, além de visitas mensais de médicos e agentes de saúde ao Assentamento. A atenção secundária é prestada em Governador Valadares, para onde são também encaminhados os casos de emergência em uma ambulância do município de Periquito. A percepção das famílias quanto à assistência à saúde que recebem é, na maioria das vezes, negativa.

Quanto ao atendimento no posto de saúde, dizem haver má vontade, demora e dificuldade de encaminhamento dos casos, além de não se encontrar os medicamentos, sendo necessário adquirirem-los por conta própria. Contra os médicos que visitam o Assentamento, há reclamações de distanciamento e pressa ao lidar com os pacientes, além de só atenderem a um número pré-determinado de pessoas. Também os agentes de saúde visitam as famílias para perguntar sobre a condição de saúde de seus membros, colhem suas assinaturas e vão embora. Segundo as entrevistas, a ambulância frequentemente se atrasa quando solicitada. Com todos os problemas, ainda há avaliações positivas da assistência à saúde, em comparação a uma situação anterior de completa ausência.

A educação formal funciona da seguinte forma: aulas até a 4ª série do 1º grau na escola do Assentamento; da 5ª à 8ª série do 1º grau em Serraria, distrito de Periquito; e o 2º grau na sede do município. Há também muita irregularidade no transporte dos alunos. Uma família relatou que não há recebimento de material escolar, “não dá um lápis” (E8). A transferência de parte das séries da escola (2ª à 4ª) para fora da área do Assentamento é motivo de grande indignação. Isso se deve ao fato de que, para as famílias integrantes do MST, incorporando um valor construído pelo Movimento, o controle da educação de suas crianças é de fundamental importância, como garantia de que o ensino seja voltado para sua realidade, e ministrado segundo a sua interpretação da história, seus princípios e seus valores. Como disse um assentado, “lá não é nossa política, não podem estudar com os filhos do latifúndio, não explicam nossas histórias” (E10). Além disso, as escolas dentro das áreas de acampamento e assentamento são uma grande forma de resistência política. No caso do Assentamento Liberdade, como foi exposto, a escola foi inaugurada menos de um mês após a ocupação da terra. Após qualquer

ocupação realizada pelo MST, o mais rápido possível elas são estabelecidas, muitas vezes em locais improvisados, como construções já existentes ou levantadas pelas famílias, com cobertura de palha e onde as crianças se assentam no chão, ou até mesmo embaixo de árvores.

As condições de acesso à saúde e à educação, como se pode constatar, são precárias, como é típico, em se tratando do meio rural brasileiro. Essa é uma conclusão a que se chega após a observação das reais condições de acesso das famílias assentadas a esses dois fundamentos básicos da qualidade de vida das populações. Os dados decorrentes das entrevistas e da observação das condições de acesso à infra-estrutura básica da comunidade do Assentamento Liberdade são condizentes com o que foi descrito por Leite; Heredia; Medeiros *et al* (2004); Schmidt; Marinho; Rosa (1998); INCRA/FAO (1999), INCRA/FAO (2001) e UNB/MST (2001).

Os relatos sobre a relação com a o poder público local apresentaram variados enfoques, mas predominaram as avaliações negativas. As principais queixas são de que as promessas não são cumpridas, o transporte escolar é ruim, assim como a assistência à saúde, além do fato, já relatado, de que parte das séries da escola do Assentamento foi transferida para outro local.

Entre as atividades coletivas de sociabilidade estão os forrós, as missas, as novenas, as festas de casamento e de aniversário e os jogos de futebol. Mas a principal delas é, certamente, a comemoração do aniversário de ocupação. Nessa ocasião aflora um sentimento coletivo de orgulho, de força e de unidade, concentrado e manifestado naquela que é, juntamente com a bandeira, o hino, as ferramentas de trabalho, um dos principais

símbolos do MST: a *mística*⁵, momento carregado de simbologia e emoção, onde é evocado o sentimento de ser *Sem Terra*, o valor da luta e a beleza de seus objetivos. A *mística* é composta por encenações, canções e poemas e, muitas vezes, termina com a entoação do hino do Movimento.

A organização política interna da comunidade é estruturada segundo os princípios organizativos MST. O Assentamento Liberdade faz parte da *Regional Vale do Rio Doce* do MST de Minas Gerais. Nessa comunidade, existem três *Núcleos de Base* compostos, respectivamente, por 11, 14 e 15 famílias. Esses núcleos são instâncias deliberativas, de discussão e de debate. A *Coordenação do Assentamento* é composta por representantes dos núcleos, divididos em funções, sendo o espaço de discussões de interesse geral e seu encaminhamento, após discussão nos Núcleos ou na Assembléia, e de troca de informações. A *Assembléia do Assentamento* é composta por todos os membros da comunidade e é a instância organizativa máxima, onde são tomadas as decisões finais. Como em todas as áreas do MST, há um processo contínuo de estruturação interna dos *Setores* do Movimento, que são o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, o Setor de Educação, o Setor de Formação e Gênero, o Setor de Saúde, o Setor de Frente de Massas, o Setor de Comunicação, o Setor de Cultura e Juventude e o Setor de Direitos Humanos. Esse processo organizativo é dificultado pela resistência à participação por parte de muitos assentados, sob as mais diversas alegações. Alguns membros da comunidade integram as outras instâncias do Movimento, como a *Coordenação Regional* e a *Coordenação Estadual*.

Sob o aspecto organizativo, o que de mais relevante há para se ressaltar é que se

⁵ *Mística* é um conjunto simbólico e ritual praticado pelos integrantes do Movimento em suas manifestações coletivas.

trata de uma comunidade integrante do MST. Mesmo existindo diferentes graus de *pertença* à organização, discordâncias internas e um forte sentimento de individualismo, o Movimento é o elemento aglutinador, o catalisador do espírito coletivo. É notável a diferença entre as famílias integrantes do MST e as demais famílias de trabalhadores rurais não integradas aos movimentos sociais. As primeiras possuem, na grande maioria das vezes e em comparação com as segundas, um elevado grau de *consciência política* e de *pensamento crítico*. Como conseqüência, estão à frente na capacidade de organização e de reivindicação, como se pode constatar pela imprensa, e muito mais claramente conseguem enxergar sua inserção na estrutura e nos processos sociais. A integração aos movimentos sociais, por ser uma expressão da luta de classes, é um processo de construção de identidade social, de constituição de novos sujeitos, de conscientização e socialização políticas e de exercício da cidadania (Grzybowski, 1987; Caldart, 2004).

Nesse ponto uma reflexão merece destaque. O sentimento de individualismo, acima citado, é um aspecto das relações sociais dessa comunidade que chamou a atenção na observação participante do cotidiano das famílias. Essa percepção é reforçada pelo fato de que os princípios do Movimento indicam, justamente, o caminho contrário. As dificuldades de consenso, de cooperação e solidariedade e de resolução coletiva de certos problemas, prejudicam, em muitos momentos, o desenvolvimento da comunidade relativamente à organização e à cooperação, num sentido amplo. É importante ressaltar que a organização e a cooperação são princípios básicos do MST no caminho para a transformação da sociedade.

A busca pelas raízes desse problema não trouxe respostas definitivas, havendo relatos de que essa situação se deveria a desentendimentos ocorridos no passado

como conseqüência de operações produtivas, geridas coletivamente, que não deram certo. Essa explicação não pode deixar de causar frustração, pela aparente insuficiência em dar conta da complexidade da questão. A dificuldade de se estabelecer formas concretas de cooperação pode ser observada em outros acampamentos e assentamentos do MST em Minas Gerais, o que indica que essa situação não é devida apenas a fatores conjunturais e que se deve buscar suas raízes em interpretações históricas e culturais. Existem duas causas, apontadas pelo Movimento, para esse problema. Primeiramente, a tradicional ligação entre o camponês e a terra, que envolve um sentimento de apego e de posse em relação a esta última e gera o individualismo e o imediatismo, dificultando o desprendimento necessário para se estabelecer formas coletivas de organização. Em segundo lugar, baseando-se na pedagogia do oprimido de Paulo Freire e na descrição de suas experiências com a Reforma Agrária promovida por Salvador Allende no Chile (Freire, 1992), o entendimento de que existe uma permanência de uma mentalidade herdada dos tempos de exploração pelo latifúndio. Vale utilizar-se, como instrumento de reflexão, da colocação de Borges (1988) de que a “utopia camponesa” não passa, necessariamente, pela transformação social.

A História de Vida e a Vida de Agora

Um dos momentos de grande riqueza de informações e transmissão de experiências pessoais foi aquele em que as pessoas relataram sua história de vida e fizeram uma contraposição de suas condições de vida anteriores e posteriores à integração ao MST e o estabelecimento do Acampamento Liberdade. Esses relatos apresentam-se como um quadro das

injustiças historicamente praticadas contra os trabalhadores rurais, da exploração nas relações de trabalho e da desigualdade na distribuição da terra no Brasil. Mostram, em síntese, um retrato do protagonismo de uma luta que se travou nas vidas de muitos camponeses desde a primeira infância, pela terra e por condições dignas de vida. Todos os homens e mulheres entrevistados são de origem rural, como acontece nos assentamentos de Reforma Agrária como um todo (FAO/PNUD, 1992; Schmidt; Marinho; Rosa, 1998; INCRA/FAO, 1999; Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004). Mas raros são os casos em que se detinha a propriedade, ou mesmo a posse, da terra.

As histórias mais comuns descritas são as de quem trabalhava em terra alheia, juntamente com os pais, sem garantia de direitos, sofrendo abusos e violência. “O arbítrio e a violência de grandes empresas, latifundiários, empreiteiros, grileiros e seus jagunços ou capangas, pela conivência do Estado e total impunidade, tendem a estar acima da legalidade constituída” (Grzybowski, 1987). Um assentado relatou (E7) a submissão de seu pai ao sistema de armazém, condição de trabalho degradante em que não se recebia pagamento em valor monetário, mas em “vales” que deveriam ser utilizados em armazéns pertencentes ao dono das terras, e que mantinha o empregado permanentemente em débito, impedindo a sua desvinculação.

Em certos casos estavam proibidos de plantar, pois a força de trabalho só poderia ser utilizada em função dos interesses do latifundiário, e a não produção de alimentos os tornava “presos”. Em outros, quando havia a intenção de expulsá-los da terra, os fazendeiros soltavam o gado para destruir suas roças, sendo esta uma prática muito comum. Em outros, ainda, tinham que entregar metade, dois terços ou até três quartos da sua produção ao dono das terras, nos regimes de meia, terça e quarta, respectivamente. Quando cobravam os direitos ou era do interesse dos

controladores da terra, ocorriam intimidações e expulsões. Assim aconteceu nos “sertões do leste”, como era chamada, ainda nos tempos do Império, a área correspondente aos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha (Borges, 1988). Nas “terras do rio sem dono”, expressão cunhada por Carlos Olavo da Cunha Pereira (1990) para designar o vale do Rio Doce dos anos 50, por exemplo, foi notório o processo de privatização ilegal de terras públicas habitadas por posseiros (Borges, 1988), acompanhada pelos assassinatos, pelas torturas e pelos incêndios praticados contra eles pelos coronéis, através dos jagunços e da polícia, como meios de expulsá-los e de desencorajar a sua resistência.

Assim se desenvolvia o início do processo de *proletarização*⁶ do homem do campo brasileiro, que alcançou seu ápice nos anos 70. Alguns tentaram se recriar como produtores em outras regiões, outros foram para as cidades em busca de trabalho, onde passaram a habitar as periferias, como serve de exemplo a cidade de Governador Valadares. Nelas se empregaram como mão-de-obra sem especialização e outros, ainda, permaneceram no campo em condições de assalariamento (Graziano da Silva, 1980). Em todas as famílias entrevistadas houve relatos de assalariamento, tanto rural quanto urbano, durante um longo período de tempo.

As vidas dessas pessoas narram parte da história dos trabalhadores rurais do Brasil, da sua progressiva separação de seu principal meio de produção, a terra, da sua impossibilidade de decisão, da sua instabilidade e da expropriação da sua força

⁶ Entende-se por *proletarização* a separação do ser humano dos meios de produção, de forma a só lhe restar como atividade econômica a venda de sua força de trabalho. Na situação discutida aqui, a proletarização é a separação entre o homem do campo e a terra (Graziano da Silva, 1987)

de trabalho. Contam também parte da história da luta pela Reforma Agrária e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Evidenciam como, com essa luta, constituíram-se em novos sujeitos e como houve, para eles, um resgate da dignidade e o surgimento de uma esperança, de um novo horizonte, a “utopia camponesa” (Borges, 1988).

Após contar a sua história de vida, foi solicitado que os assentados fizessem uma comparação entre suas condições de vida atuais e as dos momentos anteriores ao acampamento. Nesse momento algo se concretizava, se tornava claro, uma luta para a qual brilhava uma resposta. Todas as pessoas, sem exceção, relataram ter havido mudança para melhor em suas vidas. Nas palavras dos próprios assentados: “o que colhe é nosso, nossa terra, não tem que dividir”, “a vida é muito melhor”, “hoje estamos na glória, muito maravilhoso” (E1), “não quero voltar”, “sem dinheiro, mas muito melhor” (E2), “não troco pela cidade, lá é sofrimento”, “paz e fartura, criar e ter suas coisas” (E3), “mais fartura, mudou muito”, “na cidade é tudo comprado”, “liberdade para trabalhar” (E4), “hoje estou no céu”, “hoje tenho a terra e o que está nela” (E5), “melhorou muito”, “a alimentação é daqui mesmo” (E6), “podemos fazer de tudo”, “nunca tive essa alimentação”, “hoje meus filhos seriam escravos” (E7), “a alimentação é melhor e saudável”, “mesmo na lona, melhor que com fazendeiro ou embaixo da ponte”, “dez a zero” (E8), “cem por cento”, “hoje tenho dignidade” (E9), “saí das mãos do latifúndio” e “aqui o trabalho é nosso” (E10).

A atual condição de *fartura*, entendida num sentido amplo, como a facilidade e a riqueza da alimentação, a liberdade de decisão, a possibilidade de plantar, colher e criar animais, o uso da força de trabalho em benefício próprio e da família; enfim, o controle sobre a própria vida, é o aspecto mais marcante. Portanto, fica claro o papel

desempenhado pela produção agropecuária na transformação das condições de vida e na estabilidade das famílias, transformação da qual o autoconsumo é o pilar de sustentação. Também foram recorrentes as referências às condições urbanas de insegurança, de falta de dinheiro (mesmo com emprego), de necessidade de se pagar por tudo, ao contrário da realidade atual.

A identificação da atual condição como uma existência digna, assim como os relatos do aprendizado da vida em comunidade, da conversa como solução dos problemas, do respeito mútuo, e também do desenvolvimento da consciência política e dos princípios de divisão e de disciplina mostram que a transformação vai muito além dos aspectos materiais. Aqui se pode perceber que a integração ao MST deu origem, nessas pessoas, à construção de uma percepção da dignidade que existe nos trabalhadores rurais Sem Terra, evidenciando, transformando e construindo valores e dando-lhes instrumentos informativos de consciência política e cidadania.

Essa avaliação de melhora torna-se ainda mais relevante quando lembramos que essas famílias estão há quase oito anos morando em barracos e, ao longo desse tempo, passaram por uma série de dificuldades, como a falta de alimentos nos primeiros momentos de acampamento, a discriminação, um atentado à bomba quando estavam à beira da pista, as mortes de companheiros ao longo do tempo, os sucessivos despejos e reocupações da área, a falta de dinheiro e os conflitos com a polícia.

O processo de geração de renda.

Com respeito aos mecanismos de geração de renda da agricultura familiar, que tem como peça fundamental de reprodução a renda não monetária

materializada no autoconsumo, e seguindo a proposta de Leite, Heredia, Medeiros *et al* (2004), nessa pesquisa optou-se pela relativização da mensuração da renda. Assim, trabalhou-se com a noção de *potencial de geração de renda*. Os valores aqui apresentados têm, pois, um caráter de aproximação e não devem ser tomados de forma absoluta. Aos produtos destinados ao autoconsumo foi atribuído valor monetário equivalente aos preços de compra desses mesmos produtos no mercado local, como proposto por Afrânio Garcia Jr. (1994), em citação de Norder (1998).

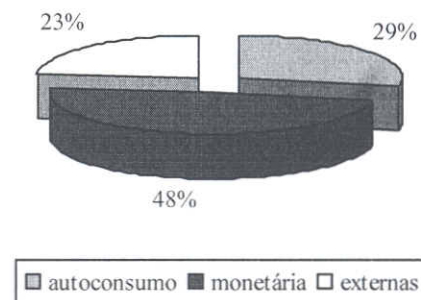
É indubitavelmente necessária, para a interpretação desses valores, uma análise que leve em conta todas as demais características da produção agropecuária e das condições de vida das famílias. O levantamento dos números se baseou na memória dos assentados, ficando sujeito às imprecisões peculiares a esse processo (Leite; Heredia; Medeiros *et al* 2004; Schmidt; Marinho; Rosa, 1998), sendo a observação participante instrumento de igual importância na elaboração dos valores aqui apresentados. Por fim, cabe pontuar que essa pesquisa teve como um de seus pressupostos o entendimento de que o *rigor científico* não mantém qualquer relação direta e necessária com a exatidão numérica, sendo entendido como a fidelidade da descrição realizada à realidade observada.

Para a renda bruta mensal total do período estudado, somadas as rendas monetária, de autoconsumo e externa, foi encontrada uma média de 2,52 salários mínimos⁷ por família, sendo a maior renda de 3,96 salários mínimos e a menor de 1,32 salários mínimos, o que comprova a existência de uma diferenciação econômica interna entre as famílias assentadas, analisada anteriormente. Decompondo-se a

⁷ Salário mínimo no valor de R\$ 300,00

renda mensal total, foi encontrado que, em média, 28,65% dessa renda são provenientes da renda de autoconsumo, 48,03% da renda monetária agrícola e animal, e 23,30% de rendas externas, que incluem o assalariamento (venda de dia), os benefícios governamentais e outras fontes de renda. Disso pode-se observar o elevado peso relativo da renda agropecuária (autoconsumo+monetária), que atinge 76,68% (28,65+48,03) da renda total média. Esses resultados encontram-se em consonância com aqueles encontrados por estudos anteriores e que utilizaram metodologia semelhante (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004; Schmidt; Marinho; Rosa, 1998; FAO/PNUD, 1992 e INCRA/FAO, 1999), apreciados anteriormente.

Gráfico 14: Composição da renda total bruta mensal

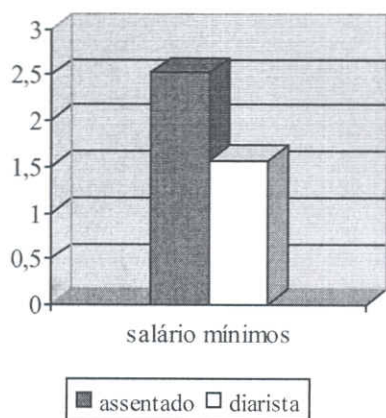


Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Na região do Vale do Rio Doce, um trabalhador rural que vende sua força de trabalho recebe, em média, R\$ 15,00 pelo dia de serviço. Levemos em conta a situação familiar de um proletário rural (ou diarista), ou seja, aquele que tem na venda da força de trabalho a sua única fonte de renda. Digamos que ele consiga trabalho para 25 dias por mês e que sua família receba R\$ 95,00 de benefícios governamentais, como é comum dentro Assentamento. Comumente, nesse tipo de situação, a mulher cuida dos filhos e dos afazeres domésticos e não gera renda

monetária. Essa família chegaria ao final do mês com um ganho total de R\$ 470,00 ou 1,57 salário mínimo. Esse valor corresponde a, aproximadamente, 60% da renda total média encontrada para uma família do Assentamento Liberdade. Essa comparação leva a uma reflexão de caráter essencial.

Gráfico 15: Comparação entre as rendas familiares mensais de um assentado e de um diarista



Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

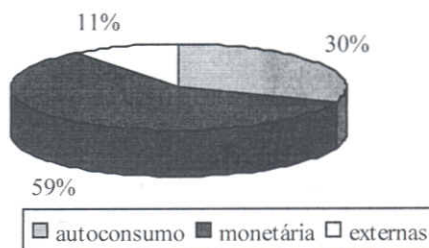
A situação de *proletários rurais* tem caráter oposto à de *assentados*, visto que os primeiros têm como fonte de renda apenas a venda da força de trabalho e os segundos mantêm o controle sobre os meios de produção. Grande parte das pessoas do Assentamento Liberdade viveu, durante um longo período de suas vidas, a situação de proletários, tanto urbanos quanto rurais. Isso significa que, mesmo se levássemos em consideração apenas a variável *renda*, poder-se-ia afirmar que as famílias experimentaram uma elevação em seu nível de vida, e se encontram em melhor situação do que estariam no caso de venda de trabalho. Essa reflexão ganha relevância analítica infinitamente maior se a ela adicionarmos as avaliações gerais de melhora, discutidas no item anterior.

Os pesos relativos das fontes de renda mostram a importância preponderante da renda agropecuária total

(autoconsumo+monetária), que alcançou 76,68% da renda mensal total, em média, chegando a 100% em duas das famílias pesquisadas. A renda de autoconsumo, correspondente aos produtos consumidos pelas famílias, possui peso determinante e atingiu quase 30% da renda total média. Esses números mostram a importância do acesso à terra como garantia de alimentação e de renda monetária. Contudo, não se pode deixar de observar que as rendas externas, que respondem por mais de 20% da renda total média, também possuem um peso considerável.

Na família de maior renda total, a decomposição dessa renda mostrou que 30,44% vêm da renda de autoconsumo, 59,04% da renda monetária agrícola e animal, e 10,51% das rendas externas. Por outro lado, na família de menor renda total, a renda de autoconsumo atingiu 43,43%, a renda monetária da agropecuária foi responsável por 56,56% e não houve rendas externas. Em comparação com estudos anteriores (Leite; Heredia; Medeiros *et al*, 2004; FAO/PNUD, 1992), os dados da família de maior renda revelam tendências semelhantes. A renda monetária da agropecuária possui peso elevado, mostrando uma maior integração ao mercado. A renda de autoconsumo apresenta um valor próximo à média geral, revelando a importância do autoconsumo, com um peso relativamente constante. O baixo peso das rendas externas indica sucesso na geração de renda da família a partir da terra.

Gráfico 16: Composição da família com a maior renda



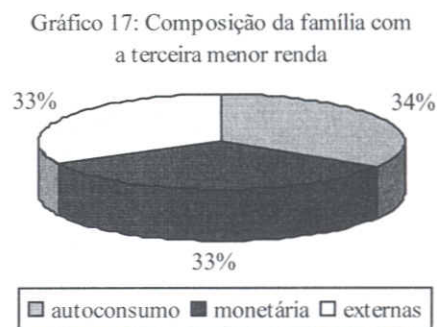
Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Já os dados da família de menor renda mostram-se atípicos. Os estudos citados mostraram que o peso relativo das rendas externas é maior nas famílias de menores rendas, funcionando como uma forma de garantia da manutenção da família. Mostraram também que o autoconsumo é relativamente constante em relação à média geral e que o peso da renda monetária da agropecuária é baixo nesses casos. Como pode ser observado, essas tendências não se repetiram nesta pesquisa, o que pode ser explicado após um olhar mais atento sobre a realidade dessa família.

Trata-se de uma família composta por uma senhora que não possui aposentadoria e por seus dois filhos jovens. Nenhum dos membros vende dias de trabalho ou recebe benefícios governamentais. Essa situação incomum de ausência de rendas externas causa uma distorção e eleva o peso relativo das rendas de autoconsumo e monetária da agropecuária, tornando-as excepcionalmente altas. Essa situação se repete na família com a segunda menor renda. Em ambos os casos, os entrevistados afirmaram, orgulhosamente, não venderem dias de trabalho, como uma forma de negação da continuidade da exploração que sofreram no passado (E9, E10); o que representa uma construção de valores a partir da aquisição da consciência de classe.

Como instrumento de análise, vale a observação dos dados da família com a terceira menor renda, que segue as mesmas tendências apontadas pelos estudos mencionados acima. A renda de autoconsumo responde por 33,84% da renda bruta total mensal, um valor bem mais próximo à média geral, que é de 28,65%. A renda monetária da agropecuária corresponde a 33,46%, peso esse que se encontra bastante abaixo da média geral, 48,03%. Finalmente, 32,69% é o peso relativo das rendas externas, confirmando a

importância dessa categoria de fonte para as famílias com rendas mais baixas.



Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Como foi dito anteriormente, a mensuração da geração de renda da agricultura familiar está sujeita a um certo grau de imprecisão. Um dos fatores condicionantes dessa imprecisão no presente trabalho foi o registro baseado na memória dos assentados. Além disso, em certos casos, não existe sequer uma mínima contabilização do volume de produção por parte das famílias, o que tornou necessário a realização de uma série de estimativas, baseadas no diálogo e na observação participante. “Contar não traz prosperidade, deixo nas mãos de Deus”, disse uma assentada (E9), num exemplo da racionalidade econômica camponesa tradicional. No cálculo da renda agropecuária monetária e de autoconsumo, foram considerados apenas os produtos dotados de maior potencial de geração de renda: milho, mandioca, arroz, feijão, leite, frangos, ovos e suínos. Não foram levados em consideração, quantitativamente, os demais produtos, como as hortaliças e as frutas, que possuem um alto grau de não contabilização por parte das famílias, e a venda de bovinos, que ocorre com pequena frequência, devido ao fato de representar uma poupança. Sendo assim, sob esse aspecto, o potencial de geração de renda está subestimado. Por outro lado, devido às dificuldades de comercialização, por

diversas vezes as vendas não chegam a se concretizar. Mesmo nesses casos, o valor monetário correspondente foi incluído nos cálculos estando, assim, sob esse aspecto, superestimada a renda.

Nesse ponto, se faz necessário tecer algumas considerações sobre a racionalidade da economia camponesa. Essa é diversa daquela que costumeiramente se considera “normal” após o avanço e consolidação do capitalismo. Mais especificamente, a racionalidade camponesa não é maximizadora ou, pelo menos, não o é totalmente (Matos, s/d). Ela busca constantemente a melhoria da qualidade de vida da família e está centrada em sua reprodução social, enquanto a racionalidade capitalista busca a obtenção do lucro máximo. Outro aspecto de oposição é que a economia camponesa utiliza-se da diversificação da produção como estratégia de reprodução da família, enquanto a especialização e a uniformização são as ferramentas da economia capitalista para a reprodução do capital. “Na contradição capitalismo *versus* campesinato a dinâmica da reprodução do capitalismo torna-se incompatível e inconciliável com a economia camponesa porque as racionalidades que as movem são intrinsecamente antagônicas” (Carvalho, 2005). Nessa perspectiva, resta aos camponeses, segundo Carvalho (2005) e Prado (1999), apenas duas opções: primeiro, a aceitação da racionalidade capitalista, assim como da interferência tecnicista externa, e segundo, a proletarianização e o êxodo. A busca de alternativas é colocada fora de questão pela ideologia dominante e sua base material de produção econômica.

Não se quer dizer com isso que os camponeses são (ou devam ser) refratários ou resistentes às inovações tecnológicas. A explicação a-histórica de que eles são “atrasados” e culpados por suas condições de vida, que freqüentemente apresentam

baixos níveis, assim como por uma suposta baixa produtividade, deve ser refutada como ingenuidade ou má-fé, para dar lugar a uma análise histórica da evolução da estrutura fundiária, das concepções e finalidades da extensão rural (Fonseca, 1985; Coelho, 2005) e da marginalização e privilégios das políticas agrárias no Brasil (Prado, 1999). As técnicas por eles utilizadas mesclam elementos tecnológicos tradicionais e modernos (Matos, s/d). Existe “... a incorporação crítica de contribuições científicas e tecnológicas contemporâneas, pela presença dos técnicos, das tecnologias que lhe proporcionem mais libertação do trabalho penoso, da carga pesada e dos sofrimentos físicos. Não há preconceitos com relação ao novo; há sim, conceito: esse novo deve estar a serviço da sua libertação enquanto pessoa, família, grupo social e comunidade” (Carvalho, 2005).

Por outro lado, deve haver cautela ao se utilizar um conceito de “viabilidade econômica” na análise da geração de renda dos assentamentos de Reforma Agrária (e nas análises econômicas em geral), para que não se permita um viés economicista e reducionista. É imprescindível salientar que não se pode atribuir o potencial de geração de renda unicamente às decisões tomadas pelos assentados. São inúmeros os fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária (INCRA/FAO, 1999), podendo ser citados: o quadro natural, a origem dos assentados, a forma de ocupação da terra, o contexto sócio-econômico do entorno, a infraestrutura básica e os serviços sociais, o sistema de produção, a infraestrutura produtiva, a organização da produção, o crédito rural, a assistência técnica, a organização política e as relações institucionais.

A inexistência de políticas efetivas de apoio à agricultura familiar, como um todo, e aos assentamentos de Reforma Agrária, em particular, leva a uma expressiva redução do potencial de geração de renda.

A assistência técnica, a compra governamental, o escoamento da produção e o crédito agropecuário adequado são alguns dos pontos a ser garantidos quando se visa o desenvolvimento econômico da produção agropecuária de pequena escala. No caso do Assentamento Liberdade, a dificuldade de escoamento da produção leva a grandes perdas econômicas. Os assentados se vêm obrigados a entregar sua produção nas mãos de atravessadores e fazendeiros vizinhos a preços baixíssimos, e expostos ao risco de não receber o pagamento pelos produtos, como foi observado. A dificuldade de comercialização é um fator limitante do processo produtivo freqüentemente apontado pelas famílias, como descrito anteriormente.

É importante lembrar que, apesar de terem sido legitimadas (efetivamente assentadas) desde outubro de 2004, as famílias do Assentamento Liberdade ainda encontram-se em situação de acampamento. Vivem em barracos de madeira, sem infra-estruturas básica e produtiva, o que, claramente, tem um peso negativo sobre o desenvolvimento da comunidade. Possuem prestação de serviços de assistência técnica desde janeiro de 2005, sendo esse um fator potencializador cuja análise de impacto ainda não pode ser realizada de forma segura, dado o curto período de atuação e a ausência de infra-estrutura produtiva. Atualmente, as famílias aguardam com ansiedade o parcelamento da terra para que possam, finalmente, construir as moradias definitivas e iniciar a estruturação produtiva.

Um outro fator limitante do potencial de geração de renda é dado pelos reflexos do individualismo sobre a organização da produção e da força-de-trabalho. Como gerem o processo produtivo de forma totalmente individual, as famílias ficam sujeitas a uma sobreutilização infrutífera da força-de-trabalho e a maiores perdas econômicas decorrentes, entre outras

causas, das operações de comércio realizadas de forma individual. Esses obstáculos poderiam ser minimizados pela gestão coletiva ou semicoletiva da produção, sendo a organização produtiva apontada como fator de potencialização do desenvolvimento dos assentamentos (INCRA/FAO, 1999). O mesmo estudo aponta a integração aos movimentos sociais, dentre eles o MST, também como um fator potencializador do desenvolvimento.

Uma interpretação sócio-histórica.

No final do período colonial e início do Império, as regiões dos vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce eram denominadas, em conjunto, de “sertões do leste”. A partir do final do século XVIII, a Coroa passou a se interessar pela navegação no rio Doce e a incentivar a colonização dessas regiões, com a implantação de bases militares para o combate às nações de Botocudos e a previsão de utilização de trabalho escravo indígena. Chegou-se a prolongar, nessas regiões, o regime de sesmarias até 1836, enquanto ele foi extinto em 1822 no restante do país. Apesar de tudo isso, o Estado não se empenhou, ele mesmo, nessa operação. O desbravamento e a colonização ficaram por conta de aventureiros e posseiros, “estes últimos provavelmente pertencentes à população excedente do setor primário de outras regiões do estado e do país” (Borges, 1988). No início do século XX, as principais atividades econômicas eram a agricultura, a mineração e a pecuária. Até esse momento, a colonização foi desenvolvida, sobretudo, por camponeses.

Já a partir da década de trinta do século XX, a economia capitalista iniciou seu processo de penetração nos vales do Mucuri e do Doce, havendo uma generalização do interesse por essas áreas. “Além dos

posseiros, para lá se dirigiram especuladores de terras e de madeira, empresas americanas de extração da mica e do berilo, empresas siderúrgicas, comerciantes, profissionais liberais e outros” (Borges, 1988). Já estava construída a estrada de ferro Vitória-Minas, e a rodovia Rio-Bahia atraiu legiões de pessoas vindas do Nordeste para as “terras do rio sem dono”. Assim foi denominado o Vale do Rio Doce por Carlos Olavo da Cunha Pereira, traduzindo o sentimento de liberdade que tomava conta da população que chegava do Nordeste, ao se deparar com a imensidão das matas a ocupar (Pereira, 1990). Passou, então, a haver coexistência da economia camponesa e da acumulação capitalista, cujos agentes se interessaram pela região desbravada pelos posseiros, com objetivos de especulação comercial, extração de madeira, mineração, criação de gado e constituição de latifúndios.

Nos anos quarenta e cinquenta do século passado, os conflitos pela terra fizeram parte do dia-a-dia da região. Como afirmou Borges (1988), a “ideologia da fronteira” prestou-se para atrair tanto camponeses, em busca da realização da “utopia camponesa”, quanto grileiros e comerciantes, com a intenção de enriquecimento fácil. A ação dos grileiros de terras no Vale do Rio Doce, ligados ou não às siderúrgicas e madeiras, chegou às manchetes da grande imprensa. A privatização ilegal e a concentração de terras nas mãos dos coronéis e de grandes empresas, como a ACESITA e a Belgo Mineira, contaram com intimidações, assassinatos e outras formas de violência, no processo de expulsão dos camponeses das terras em que viviam, em certos casos, há mais de vinte anos. Para isso, contava-se com o apoio de jagunços, da polícia militar, de políticos e de juizes. O capim colônio, considerado uma praga das lavouras, passou a ser a fonte de lucro fácil da pecuária extensiva. Na década de setenta, as terras ocupadas pelo campesinato já haviam sido

incorporadas pelos latifúndios de criação de gado. A exploração da madeira e de minerais era outra fonte de lucro rápido. Os camponeses tornaram-se, então, produtores dependentes (parceiros, meeiros) ou assalariados nesses latifúndios ou migraram para as cidades, como Governador Valadares e Belo Horizonte, onde passaram a habitar as favelas. Nesse processo de proletarização, surgiram legiões de sem-terra.

Segundo relatos dos assentados, a área hoje pertencente ao Assentamento Liberdade também foi palco dos acontecimentos descritos acima. As famílias que aí viviam foram expulsas com violência e a área passou para o controle da ACESITA e, por essa empresa já foi utilizada para lavouras, para criação de gado e para monocultura de eucalipto. Por ocasião da ocupação pelo MST, era utilizada para confinamento de gado em conjunto com o plantio do eucalipto. Dois assentados, nos relatos de suas histórias de vida, disseram haver trabalhado, no passado, nessa mesma área. Na infância, um deles (E4) colhia à meia, à terça ou à quarta, com a mãe e os irmãos, a parcela das lavouras que as máquinas deixavam para trás. O outro (E10), trabalhou ali com o manejo do gado. Esses relatos possuem um significado simbólico de vitória e de libertação, na medida em que ilustram um processo de retorno de trabalhadores, agora como camponeses independentes, à mesma área onde, em outros tempos, sofreram a exploração de seu trabalho.

A condição de produtor dependente e, sobretudo, a de proletário, trouxe a desestabilização da economia familiar e iniciou uma desagregação cultural. Sobre esse último aspecto, importantes análises foram feitas por Cândido (2001), por Carvalho (2005) e por Cattoni (1980). A desestruturação de comunidades e de relações sociais, causada pela penetração do capitalismo no campo, levou a uma transformação dos parâmetros de condições de vida e a uma fragilização dos costumes e

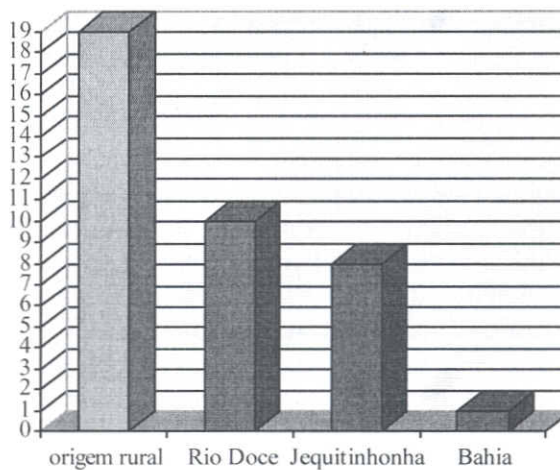
práticas tradicionais. Os reflexos se mostraram nas mudanças nas relações de trabalho, no ajuste ao meio ambiente, nas técnicas, usos e crenças e nas representações mentais (Cândido, 2001). Levou também, o que é mais grave, a um processo de *desenraizamento*, “a mais perigosa doença das sociedades humanas” (Caldart, 2004). Nesse sentido, a seguinte consideração foi feita por um assentado, ao referir-se a esse processo: “O latifúndio nos fez perder a cultura (...) compadre e comadre morava junto, viraram estranhos” (E7).

No Assentamento Liberdade, das 19 pessoas entrevistadas, todas têm origem rural, sendo oito no vale do Jequitinhonha, 10 no vale do rio Doce e uma na Bahia, e têm suas trajetórias de vida marcadas pelos acontecimentos históricos descritos acima. Nesse Assentamento se materializa uma situação que é decorrente da desvinculação dos trabalhadores rurais de seus locais de origem. Houve um relato (E6) de dificuldade de interação entre o grupo de pessoas vindas do Vale do Jequitinhonha e aquelas oriundas do próprio Vale do Rio Doce. Ainda assim, levanta-se aqui a hipótese de que a integração ao MST e o processo de acampamento e assentamento de trabalhadores rurais Sem Terra, além de trazer estabilidade e melhoria das condições de vida como consequência da geração de renda e da produção agropecuária, pode funcionar como uma “reagregação cultural”, um enraizamento, na medida em que é também um processo de criação de comunidades e de uma rede de comunidades. Das dez famílias entrevistadas, nove relataram ter laços de compadrio dentro do Assentamento e quatro, em outras áreas de acampamento ou assentamento; sete têm laços de sangue no próprio Assentamento e sete, em outras áreas; e todas afirmaram manter laços de amizade em outros acampamentos ou assentamentos.

A Reforma Agrária tem um papel muito maior do que a simples alocação de

contingentes populacionais despossuídos. “Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social” (Cândido, 2001).

Gráfico 18: Origem dos 19 entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo (2005)

Obviamente, nessas novas comunidades não poderá se repetir a tradição cultural, que foi transformada, mas existe a possibilidade de fusão de elementos de tradição e de mudança na criação de novos padrões culturais. No caso estudado, um fator de persistência observado é a racionalidade econômica camponesa (Carvalho, 2005; Matos, s/d), além dos elementos da tradição, popular rural presentes nas práticas produtivas e de saúde, como foi exposto. Os elementos de mudança, provavelmente, estão em gestação, sendo ainda muito cedo para identificá-los e descrevê-los. “A reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante, a afirmação do perfil cultural dos trabalhadores, a incorporação de um novo saber obtido na luta e seu uso político... o resgate político da cultura popular no campo, abrindo possibilidades para sua renovação, é um ponto a destacar no processo de socialização decorrente dos movimentos” (Grzybowski, 1987). O MST dá grande importância à preservação da

cultura popular, como instrumento de afirmação e de identidade, assim como de libertação dos padrões culturais impostos pelo capitalismo, e incentiva a preservação de seus elementos.

Como etapa final dessa interpretação, cabe refletir sobre a importância da integração ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como fator de criação de novos sujeitos, de identidade social, de *enraizamento*, de aquisição de conhecimento político e de novos valores e de exercício de cidadania (Grzybowski, 1987; Caldart, 2004; A. da Silva, 2003). A transformação dos trabalhadores rurais em sujeitos históricos se dá como resultado das lutas coletivas e está associada à afirmação de suas diferentes identidades. Os movimentos sociais são uma forma de conquista e exercício da cidadania, promovendo a socialização política dos trabalhadores, o seu surgimento como classe e como cidadãos (Grzybowski, 1987).

Como ressalta Caldart (2004), nos dias de hoje, *Sem Terra* é um nome próprio e significa mais do que, simplesmente, trabalhadores rurais que não possuem terra, ou *sem-terra*. Na medida em que se constituem em um *novo sujeito social*, os *Sem Terra*, conscientes de seus direitos e com uma visão crítica do mundo, adquirem uma identidade própria e formam-se como *novos sujeitos sócio-culturais*. Mesmo após terem sido assentados, autodenominam-se e são chamados *Sem Terra* e continuam a atuar no MST. As transformações decorrentes da vivência da luta no interior do Movimento, materializada nas ocupações e nas diversas formas de mobilização, são fruto de um processo de formação humana e, por isso, dão ao MST o caráter de “sujeito pedagógico” (Caldart, 2004). Um outro aspecto da integração ao MST é a promoção do *enraizamento* dos trabalhadores sem-terra, como consequência da sua inclusão ou de seu retorno a uma coletividade (Caldart, 2004; A. da Silva, 2003). “É através de seus

objetivos, princípios, valores e jeito de ser que o Movimento ‘intencionaliza’ suas práticas educativas, ao mesmo tempo em que, aos poucos, também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta da sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em quem já a imaginava quase perdida” (Caldart, 2004).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra busca a execução de uma Reforma Agrária *radical* (Morissawa, 2001), no sentido de se mudar *radicalmente* a estrutura fundiária brasileira e o caráter da relação entre os seres humanos e a terra. Como descrito anteriormente, no encontro que deu origem ao MST foi definida, como um de seus objetivos, a luta por uma sociedade justa, fraternal e pelo fim do capitalismo (Branford, Rocha, 2004; Morissawa, 2001). A discutida existência de um sentimento de individualismo dentro da base do Movimento é contraditória a esses objetivos. Isso mostra que o caminho que ainda é necessário percorrer para atingi-los passa, necessariamente, pela transformação profunda dos seres humanos e de suas relações, além da transformação estrutural.

ANÁLISE GLOBAL E CONCLUSÕES

A realização da Reforma Agrária, indissociavelmente conectada ao fortalecimento global da agricultura familiar, é um processo imprescindível como parte integrante de uma política de desenvolvimento nacional, entendida como uma política de Estado que priorize a produção para o mercado interno, a geração de postos de trabalho e a independência econômica e política do país, tendo como objetivos necessários a socialização dos meios de produção, o desenvolvimento da soberania nacional e a distribuição da riqueza e do poder. A atuação do veterinário nesse processo (Viana; Carneiro; Pereira, 1998) deve ultrapassar questões técnicas e dar à profissão um caráter transformador da sociedade.

Os estabelecimentos familiares representam mais de 80% dos estabelecimentos rurais e, como mostram os estudos discutidos, são responsáveis pela maior parte do volume da produção agropecuária do país, sobretudo daquela voltada para o mercado interno, além de serem economicamente mais eficientes e gerarem mais postos de trabalho do que os estabelecimentos patronais. A Veterinária deve estar, necessariamente, comprometida com o desenvolvimento global da população rural marginalizada e deve responsabilizar-se por uma atuação que envolva também os aspectos sócio-econômicos, e não apenas aqueles produtivos e sanitários, tendo a elevação dos níveis de vida do homem do campo como objetivo final.

Como mostram as análises e interpretações das informações levantadas, a produção agropecuária e a geração de renda, possibilitadas pelo processo de acampamento e assentamento, cumprem um papel fundamental na estabilidade e na melhoria das condições de vida das famílias envolvidas, confirmando a hipótese inicial com a qual se trabalhou nesta pesquisa.

O autoconsumo, garantido pela produção agropecuária, é peça fundamental da reprodução da agricultura familiar. Ligada a ele, está a liberdade de escolha dos rumos da produção e da vida em geral, motivo de grande satisfação e garantia de estabilidade familiar. Como mostram os relatos da história de vida e a contraposição feita pelas famílias entre as realidades anterior e posterior ao acampamento, as mudanças positivas em suas condições de vida são substanciais e inegáveis. A análise da geração de renda proporcionada pela atual situação, entendida em um sentido amplo, que leva em conta tanto a renda de autoconsumo quanto a monetária, mostra que, mesmo conseguindo limitados valores de renda monetária, as famílias garantem a segurança alimentar e estão em melhor situação do que se encontravam anteriormente, assim como do que em uma situação de proletarização total.

Isso nos leva, mais uma vez, a uma reflexão sobre o caráter de estabilidade do acesso à terra e mostra a incoerência de uma análise meramente monetarista, que poderia indicar um estado de pobreza das famílias acampadas. Fica claro que essa pobreza, se existe, é apenas relativa à moeda, sendo o autoconsumo o pilar central da nova vida. “Um indicador de pobreza, definido a partir de rendimentos monetários, negligencia o conjunto de bens que não passam pelo mercado e que afetam o bem-estar o mal-estar dos indivíduos” (Salama; Destremau, 1999).

Além desses fatores, a integração ao MST e a luta pela terra forjam novos sujeitos, dos quais a socialização e o amadurecimento políticos, assim como a identidade social e a consciência de classe (Grzybowski, 1987; Caldart, 2004), são os elementos que determinam um salto qualitativo na formação e na consciência políticas.

Dentro da perspectiva da teoria social do processo saúde-doença (Contreras,

2000), é imprescindível ao epidemiólogo o conhecimento do modo de produção e das relações sociais que determinam os processos históricos, assim como a estrutura de produção, em que estão inseridas as famílias acampadas e

assentadas. Com isso, torna-se possível a compreensão de suas condições materiais de existência e de suas visões de mundo, tendo em conta que elas definem o comportamento de tal processo.

REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS

E1 a E10: Entrevistas gerais com as dez famílias da comunidade

EH1 e EH2: Entrevistas com duas das famílias sobre o histórico de ocupação

BIBLIOGRAFIA

- A. DA SILVA, A. M. *Volta às Raízes. In: Revés do Averso.* São Paulo: CEPE, 2003.
- ABREU, L. S.; SILVEIRA, M. A. *Estratégias Agrícolas de Produtores Familiares do Assentamento Rural I de Sumaré (SP): Pré-Diagnóstico Sócio-Ambiental. In: Ver. Cient. Rural, v. 4, n. 2, p. 125-140, 1999.*
- AESCA. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Liberdade.* Belo Horizonte: Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais – AESCA, 2005.
- ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. *Introdução à Epidemiologia Moderna.* 2ª ed. Belo Horizonte/Salvador/Rio de Janeiro: COOPMED/APCE/ABRASCO, 1992.
- ASSUMPÇÃO, R.; MAZZEI, A. R. *A Gleba XV de Novembro do Pontal do Paranapanema: Diagnóstico Sócio-Econômico e Proposta de Ação para o Assentamento, 1985-86 In: Agricultura em São Paulo, Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, 40 (2): 95-112, 1993.*
- ASTUDILLO, V. *Formas da organização da produção como determinantes de risco de febre aftosa.* A Hora Veterinária, ano 3, n. 17, p.11-20, jan/fev. 1984.
- BARATA, R. C. B. *A Historicidade do Conceito de Causa.* PEC/ENSP-ABRASCO. Rio de Janeiro, 1985.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. *O Que São Assentamentos Rurais.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- BORGES, M. E. L. *Utopias e Contra-Utopia: Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais.* 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Minas Gerais, Belo Horizonte.
- BRANFORD, S.; ROCHA, J. *Rompendo a Cerca – A História do MST.* São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004
- BREILH, I. J.; GRANDA, E. *Investigacion de la Salud em la Sociedad.* Guia Pedagógica Sobre Um Nuevo Enfoque del Método. Quito, 1982.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra.* 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004

CALLADO, A. *Entre o Deus e a Vasilha- Ensaio sobre a Reforma Agrária Brasileira, a qual nunca foi feita*: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDESÍN, J. M. *Miseria de la teoría... de la modernización: una revisión de algunos estudios sociológicos sobre el mundo rural contemporáneo*. In: *Agricultura y Sociedad*, nº 84 (Septiembre-Diciembre 1997) (pp. 141-164).

CAROS AMIGOS *Especial Reforma Agrária*. Editora Casa Amarela, nº 18, São Paulo, 2003.

CARTA CAPITAL. Editora Confiança; ano 10, nº 268; pág 26-37, São Paulo, 2003.

CARTA CAPITAL. Editora Confiança; ano 10, nº 288; pág 22-30; São Paulo, 2004.

CARVALHO, H. M. *Campesinato e a Democratização da Renda e da Riqueza no Campo*. Curitiba, 2005. (mimeo.)

CARVALHO, Y. M. C.; DULLEY, R. D. *Modelo de Gestão do Assentamento Pirituba I Área II no Estado de São Paulo*. In: *Agricultura em São Paulo*, Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, 41 (1): 21-32, 1994

CATTONI, A. M. *Os Espoliados da Terra (Estudo da Espoliação e Proletarização do Pequeno Camponês)*. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CHAU, L. (editor) *Investigacion Agraria y Crisis. Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia*. Quito: Corporacion Editora Nacional, 1986.

COELHO, F. M. G. *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Voçosa: Ed. UFV, 2005.

COMPARATO, B. K. *A Ação Política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONTRERAS, R. L. *Evolução Histórica Sobre a Dicotomia Saúde – Doença*. In: *Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia*: FEP-MVZ, nº 31. Belo Horizonte, 2000.

FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Versão resumida do Relatório Final UTF/BRA/032. Brasília, 1995.

FAO/PNUD/Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*. Versão resumida do Relatório Final BRA 087/022. Brasília, 1992.

FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FONSECA, M. T. L. *A Extensão Rural no Brasil, Um Projeto Educativo para o Capital*. (Coleção Educação Popular). São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O Que é Questão Agrária*. (Coleção Primeiros Passos) São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

GRZYBOWSKY, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes/FASE, 1987.

IANNI, O. *O Estado e o Trabalhador Rural*. In: Revista Contexto: HUCITEC, n4. São Paulo, 1997.

INCRA/CRUB/UnB. *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*, 1996

INCRA/FAO. *Percentuais e Causas de Evasão nos Assentamentos Rurais*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

INCRA/FAO. *Reforma Agrária e Globalização da Economia- O Caso do Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999.

INCRA/FAO. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999.

LARAIA, R. B. *Cultura – Um Conceito Antropológico*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 04986.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L. et al. (org) *Impacto dos Assentamentos: Um Estudo do Meio Rural Brasileiro*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LOPES, R. P.; GOMES, S. T. , OLIVEIRA, E. B. et al. *Influência de alguns Condicionantes no Desenvolvimento Socioeconômico de Colônias Agrícolas do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal*. In: Revista Ceres, vol. XL, nº 227, 1993.

MATOS, M. C. B.C. *A Propósito da Racionalidade Camponesa: Universalidade de Comportamentos ou Graus de Racionalidade?*. s/d. (mimeo).

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: CPDA; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MEDEIROS, L. S.; ESTERCI, N *et al.* (org.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

MENESES, J. N. C. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. (Coleção Vagão da História). Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 4ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

MORAES SILVA, M. A. *A luta pela terra: experiência e memória*. (Coleção Paradidáticos). São Paulo: UNESP, 2004.

MOREIRA, R. *Formação do Espaço Agrário Brasileiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

NORDER, L. A. C. *A Construção da Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais: questões, contextos e métodos*. Cadernos de Debate, Vol. VI, 1998.

OBIAGA, J. A.; ROSENBERG, F. J. *et al.* *Las Características de la Produccion Pecuária como Determinantes de los Ecosistemas de Fiebre Atosa*. In: Bln Centro Panamericano Fiebre Aftosa, 33-34: 33-42, 1979.

OLIVEIRA, A. *Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo*. In: Agricultura Brasileira: Tendências, Perspectivas e Correlação de Forças Sociais. Caderno de Formação. Brasília: Via Campesina Brasil, 2004

OLIVEIRA, A. U.; STEDILE, J. P. *A Natureza do Agronegócio no Brasil*. Cartilha. Brasília: Via Campesina Brasil, 2005.

PEREIRA, C. O. C. *Nas Terras do Rio Sem Dono*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

- PEREIRA, P. L. L. *Estudo do Comportamento Epidemiológico da Febre Aftosa no Contexto Pecuário do Triângulo Mineiro*. 1986. Tese (Mestrado em Medicina Veterinária – Epidemiologia). Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- PRADO, E. *Marginalização e Privilégios: Uma Contradição das Políticas Agrárias no Brasil*. In: Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia: FEP-MVZ, n30. Belo Horizonte, 1999.
- PRADO JÚNIOR, C. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PINSKY, J. *Capital e Trabalho no Campo*. 2ª ed. (Coleção Estudos Brasileiros). São Paulo: HUCITEC, 1979
- RETRATO DO BRASIL. Ed 72, ano 5. Belo Horizonte, 2005.
- ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; PALMEIRA, M. et al (org). *Reforma Agrária- Produção, Emprego e Renda: O relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes/Ibase/FAO, 1994.
- ROSENBERG, F. J. *Princípios de Epidemiologia*. OPS/OMS. CPFA, 1977.
- ROSENBERG, F.J. *Estructura social y epidemiologia veterinária em América Latina*. Bol. Centr. Panam. Fiebre Aftosa, v. 52, p. 3-23, 1986.
- SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O Tamanho da Pobreza – Economia Política da Distribuição de Renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- SANTOS, J. L. *A Nova Concepção de Assentamento do MST e o Estudo de sua Implantação no Assentamento Oziel Alves Pereira na Região Vale do Rio Doce*. 2002. Monografia. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, Instituto de Educação Josué de Castro, Veranópolis
- SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (org.). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- SOARES, A. C. *Multifuncionalidade da Agricultura Familiar*. In: Comércio Internacional, segurança alimentar e agricultura familiar. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2001.
- SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira* (Coleção Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- STEDILE, J. P. (coord.). *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Universidade, UFRGS, 1994.

STEDILE, J. P.(org.). *A Questão Agrária no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Atual, 1998.

STEDILE, J. P., MARTINS, H., AMIN, S. *et al.* *A Situação Internacional da Agricultura*. Cartilha. Brasília: Via Campesina Brasil, 2004.

TAMAYO SILVA, H. M. *A Estrutura de Produção como Determinante de Saúde Animal: Uma Proposta Metodológica*. 1981. Tese (Mestrado em Medicina Veterinária – Epidemiologia). Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

UNB/MST. *Saúde dos Trabalhadores Rurais de Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

USP. *Dossiê Questão Agrária In: Estudos Avançados* 31. Instituto de Estudos Avançados. Vol 11,n.31. São Paulo, 1997.

VASCONSELOS, E. M. *Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2): 39-57, 1998.

VEIGA, J. E. *O Que é Reforma Agrária* (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

VIANA, F. C.;CARNEIRO, P. R.; PEREIRA, P. L.L. *O Compromisso da Medicina Veterinária e da Zootecnia no processo de Reforma Agrária*. In: Revista Educação Agrícola Superior: ABEAS. Vol 16, n 01. Brasília, 1998.